



Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de graduação em Direito

**Movimento sindical de empregados terceirizados:
a face oculta da terceirização sob a ótica da centralidade do
trabalho na ontologia do ser social**

Luciana Correia da Silva

Brasília
2015

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Luciana Correia da Silva

**Movimento sindical de empregados terceirizados:
a face oculta da terceirização sob a ótica da centralidade do
trabalho na ontologia do ser social**

Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharela
em Direito pela Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília – UnB

Orientadora: Professora Doutora
Gabriela Neves Delgado

Brasília

2015

Luciana Correia da Silva

**Movimento sindical de empregados terceirizados:
a face oculta da terceirização sob a ótica da centralidade do
trabalho na ontologia do ser social**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em
Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e aprovada pela
banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Gabriela Neves Delgado
Professora Doutora e Orientadora

Wilson Theodoro Filho
Professor Doutor e Examinador

Ricardo Lourenço Filho
Professor Doutor e Examinador

Rodrigo Leonardo de Melo Santos
Mestrando e Examinador

Brasília

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Valdice Pereira Correia da Silva, minha mãe, sem cujo equilíbrio e paciência meu caminho não teria sido percorrido até aqui em tamanha paz e tranquilidade.

Agradeço a José Juscelino da Silva, meu pai, cujos longos conselhos sempre buscaram semear a consciência acerca das dificuldades enfrentadas por vidas alheias, o sentimento de empatia para com as pessoas ao meu redor e a força de vontade para superar cada um dos percalços. Gratidão, sobretudo, por tudo que enfrentou e vivenciou para que os percalços encontrados por mim fossem sempre imensamente menores que a força que me foi ensinada.

Obrigada Artur Cardoso Carvalho Santana, meu encontro nessa vida, à paciência que lhe foi exigida para acompanhar cada um dos inúmeros momentos, ao longo de todo este ano, em que questionei em voz alta cada um dos aspectos do presente trabalho. A todas suas críticas construtivas que me fizeram lançar novos olhares a perspectivas antes invisíveis.

Por fim, gratidão a todas as incontáveis pessoas que cruzaram meu caminho nos últimos cinco anos na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que, em suas mais diversas e coloridas formas, me transformaram e me (des)contruíram enquanto sujeito, mediante o convívio em um ambiente instigante e questionador, cujas reflexões e inquietações guardarei comigo.

RESUMO

É imprescindível compreender a terceirização como uma estratégia empresarial de fuga da proteção conferida pelo Direito do Trabalho. A fuga da incidência das normas heterônomas estatais constitui a face mais visível da terceirização, visto que o objetivo do beneficiário da força de trabalho, na figura de tomador de serviços, resulta claro: se desonerar das obrigações trabalhistas constitucionais e legais incumbidas ao empregador. A face oculta, contudo, demonstra o objetivo de se desonerar também de obrigações trabalhistas negociadas, mediante o enfraquecimento do movimento sindical, o que dilui a capacidade dos trabalhadores em criar acordos e convenções coletivas benéficas; bem como de esvair-se da sanção paralela que o movimento sindical representa em relação às outras hipóteses de descumprimento de obrigações pelo empregador. Assim, com o fito de examinar de que forma a terceirização atua sobre o Direito do Trabalho, também nessa perspectiva menos visível, proferiu-se uma análise ontológica crítica da relação dinâmica que ocorre entre trabalho, subjetividade e movimento sindical, a partir da premissa metodológica desenvolvida pelo filósofo húngaro Lukács, em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. Sob a perspectiva ontológica lukacsiana, elucidou-se que a terceirização pode ser compreendida como uma nova forma de reprodução social em que o antigo e já descrito fenômeno do *estranhamento* se aprofunda, mediante a dupla reificação do trabalhador, que se encontra cada vez mais afastado do pôr teleológico do seu trabalho – categoria central da ontologia do ser social. Observa-se, sob esse prisma, que a referida estratégia empresarial logra enfraquecer o movimento sindical através da intensificação da produção de um trabalho *estranhado*. Assim, a presente pesquisa visa estudar a face oculta da terceirização, analisando suas origens e dinâmicas internas, bem como as perspectivas para seu controle civilizatório.

PALAVRAS-CHAVE: Terceirização. Movimento sindical. Ontologia. Ser social. Estranhamento.

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Capítulo I - Medidas neoliberais de reestruturação do modelo de produção: a terceirização e a origem da pulverização dos trabalhadores.....	09
2.1. A crise estrutural da década de 1970 e o “em-si-flexível” capitalismo.....	10
2.2. Toyotismo, fragmentação dos trabalhadores e captura de sua subjetividade.....	13
2.3. Neoliberalismo: o discurso de legitimação política do toyotismo e de reação às formas de proteção trabalhista então vigentes	15
2.4. Novo modelo contratual para fuga da proteção à relação de emprego clássica.....	19
2.5. Terceirização e sua face visível de burla ao Direito do Trabalho.....	20
2.6. Terceirização e sua face oculta: combate às normas trabalhistas autônomas....	24
3. Capítulo II - A centralidade do trabalho na Ontologia do Ser Social: como se dá o duplo estranhamento mediante a terceirização?	29
3.1. A Ontologia do Ser Social de Lukács	30
3.2. A centralidade do trabalho e o pôr teleológico	31
3.3. Teleologia e causalidade	34
3.4. A relação sujeito-objeto	36
3.5. A complexificação da socialidade e a práxis social interativa	38
3.6. Reprodução social e reificação do trabalhador: o início do estranhamento.....	42
3.7. O estranhamento	46
3.8. Mas o que a terceirização tem a ver com isso?	49
3.9. Terceirização: o aprofundamento do estranhamento	50
4. Capítulo III - Em busca de um “controle civilizatório da terceirização”: perspectivas para um fortalecimento do movimento sindical dos empregados terceirizados	55
4.1. Movimento sindical: instrumento de reação coletiva ao estranhamento	55
4.2. Modelos de enquadramento sindical no Brasil	57
4.3. Enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços: dois aspectos críticos tradicionalmente apontados	58
4.4. Enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços: outro aspecto crítico, o distanciamento do pôr teleológico	63
4.5. Negociações com a tomadora de serviços: reaproximação do pôr teleológico	65
4.6. Enquadramento sindical em face da tomadora de serviços: perspectiva jurídica e política	67
4.7. Ressalva quanto às limitações retificadoras dos institutos jurídicos no que concerne ao processo ontológico	73
5. Conclusão	75

1. Introdução

A presente pesquisa visa ao estudo da face oculta da terceirização, concernente ao enfraquecimento do movimento sindical dos empregados a ela submetidos. Tal face logra fragilizar as fontes autônomas do Direito do Trabalho, bem como a sanção paralela que os sindicatos representam ao descumprimento das normas trabalhistas pelas empresas. Visa, assim, elucidar a sofisticação da estratégia terceirizante, que não se cinge à fuga das normas trabalhistas constitucionais e legais, de fonte heterônoma estatal. Essa é apenas sua face mais visível. A terceirização vai além, caracterizando-se como um fenômeno complexo que instaura um novo modo de reprodução social, com relevantes consequências para o sujeito trabalhador.

Para iniciar tal análise, examinou-se, no primeiro capítulo, o contexto socioeconômico em que exsurge, como necessidade do capital, a reestruturação produtiva que culminou no modelo toyotista, bem como o modo pelo qual um específico discurso político procurou legitimá-la, escurecendo os interesses e finalidade aos quais servia. Nessas circunstâncias, a terceirização surgiu como alternativa adequada à fuga da proteção normativa conferida à relação de emprego clássica, bilateralmente firmada, e, sobretudo, como uma nova modalidade de exploração que não gera as mesmas formas de reação coletiva enfrentadas pelo capital nos modos de produção anteriores.

Em seguida, no segundo capítulo, analisou-se a centralidade do trabalho na ontologia do ser social, com o fito de elucidar a função ontológica que o trabalho possui na humanização e na construção da subjetividade dos indivíduos, a partir das premissas desenvolvidas pelo filósofo húngaro György Lukács. Tomada tal centralidade como pressuposto, em direção contrária às teses do fim do trabalho, analisou-se o fenômeno do *estranhamento* do ser social, concernente ao afastamento entre o indivíduo e a capacidade de definição da teleologia de seu próprio trabalho. Foi, assim, possível analisar a terceirização sob uma perspectiva ontológica, na qual se elucidou que tal estratégia empresarial representa um modo de aprofundamento do *estranhamento*, uma vez que propicia um distanciamento ainda maior entre o pôr teleológico do trabalho e o trabalhador, a partir da inserção de um segundo sujeito estranhado na relação entre ele e o empregador: a empresa prestadora de serviços. O trabalhador terceirizado, portanto, encontra-se em uma relação que lhe reifica duplamente e lhe intensifica sua condição estranhada.

Por fim, no terceiro capítulo, analisou-se de que forma o referido aprofundamento do estranhamento é reproduzido e legitimado mediante o enquadramento sindical dos empregados terceirizados em face das prestadoras de serviços. O enquadramento sindical em face das tomadoras de serviços, ao contrário, permite uma reaproximação entre o terceirizado e o pôr teleológico de seu trabalho, de forma a potencializar sua capacidade de reivindicação e de superação, de forma autônoma e emancipatória, em face das formas mais perversas de estranhamento.

Em conclusão à presente pesquisa, temos que o movimento sindical é o alvo da estratégia mais sofisticada e oculta da terceirização, que lhe busca enfraquecer como forma de manutenção e perpetuação da existência duplamente estranhada do trabalhador, e, a um só tempo, também a via de potencial superação de tal condição, desde que presentes algumas circunstâncias. O movimento sindical de empregados terceirizados, pois, a despeito de suas inegáveis dificuldades, pode se erigir a instrumento de controle civilizatório da própria terceirização.

2. Capítulo 1 – Medidas neoliberais de reestruturação do modelo de produção: a terceirização e a origem da pulverização dos trabalhadores

A desconstrução é a possibilidade da justiça
Jacques Derrida

A percepção de que os tempos atuais caracterizam-se pela volatilidade e fluidez nas diversas esferas da estrutura política, econômica e social, em oposição a estruturas antes tidas como rígidas, não raro se confunde com a noção de que há uma suposta necessidade de emancipação em relação a velhos alicerces e de adequação a novos tempos. Tal necessidade, vendida como irreversível, encerra em seu âmago a vontade política de legitimar novas conformações sociais.

Nesse contexto, a flexibilidade é promovida como a nova essência da sociedade. A exaltação do *flexível*, visto como a emancipação em face do rígido, do imutável, do antiquado e inadequado para (supostas) novas demandas socioeconômicas busca validar o abandono do *velho* em relação a concepções aclamadas como novas.

Na vertente econômica dessa valorização por estruturas plásticas e manejáveis, exsurge a ideia de que há uma urgência da desregulamentação e do “afrouxamento de laços” na estrutura produtiva. Para tanto, o trabalho – visto apenas como mais um dos fatores de produção, tal como os insumos, o capital e a tecnologia – se insere no enredo dos discursos que enaltecem estruturas “flexíveis”. Sob essa ótica, a regulação do mercado de trabalho é considerada como um dos empecilhos ao desenvolvimento econômico, porquanto associada à rigidez, a ser ultrapassada em prol de novos patamares de lucratividade e prosperidade.

Sob a hegemonia desses discursos, as condições precárias dos trabalhadores são atribuídas à sua própria incapacidade individual de adaptar-se à nova estrutura produtiva e de promover seu aperfeiçoamento profissional no mesmo ritmo em que as mudanças emergem. A responsabilidade por elas, assim, é transferida do sistema que os circunda para os próprios indivíduos, sendo esse um dos inúmeros elementos pelos quais se fragiliza a mobilização coletiva em face daquele.

A crítica de tais circunstâncias, contudo, bem como a elucidação de suas incongruências internas, perpassa necessariamente pela exposição de seu caráter histórico e de suas origens enquanto construção sociopolítica. A desnaturalização das estruturas que nos cercam e do discurso predominante é o primeiro passo para a desconstrução de sua perpetuação acrítica no tempo.

Nesse sentido, confere-se uma importância fundamental à análise do contexto, historicamente situado, em que surge a demanda por flexibilidade em suas múltiplas dimensões¹ – dentre as quais será aqui essencial aquela concernente às relações de trabalho. Somente uma problematização e um questionamento (des)construtivo das bases em que se alojam o atual discurso hegemônico da flexibilização das relações de trabalho permite – ao menos a busca de – um patamar civilizatório mínimo mais elevado que o difundido atualmente.

2.1. A crise estrutural da década de 1970 e o “em-si-flexível” capitalismo

A crise estrutural do capitalismo de meados da década de 1970 impulsionou uma gama de transformações nos padrões de criação e reprodução do capital, refletidas sobretudo na estrutura organizacional dos setores produtivos, e no próprio padrão de apropriação e acumulação do capital, que passaram a ser marcadas pela flexibilidade e pela financeirização da economia.

A concorrência internacional havia se intensificado e tomado escalas planetárias, acirrando a formação e acumulação de múltiplos capitais – não necessariamente produtivos, mas sobretudo financeiros e especulativos – e sua disputa predatória e parasitária² por novas áreas de atuação, como o Leste Asiático.

Somaram-se a esse contexto a Terceira Revolução Industrial e a Quarta Revolução Tecnológica, que alteraram profundamente a natureza da atividade industrial – com o “binômio informática-robótica”³ – e da relação espaço-tempo entre os fatores de produção e o mais-valor dele resultante.

¹ Giovanni Alves, em menção a obra “Flexibilidade e organização produtiva” de Salerno, menciona a existência de, pelo menos, oito dimensões da flexibilidade próprias da produção de capital: flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intraempresa e flexibilidade social extraempresa. No que tange à flexibilidade exigida na empresa-enxuta da reestruturação produtiva pós-fordista, a flexibilidade essencial é aquela concernente à força de trabalho, isto é, “a flexibilidade social intraempresa e extraempresa, ou seja, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, em que um aspecto muito discutido é o que diz respeito aos contratos de trabalho: a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas).” (Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo predatório. Fl. 17. Boitempo Editorial. 2011)

² Segundo Zygmunt Bauman, em seu livro “Capitalismo parasitário”, “o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo, assim, cedo ou tarde, as condições de prosperidade e mesmo de sua sobrevivência”.

³ ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo predatório. fl. 17

A estrutura produtiva até então prevalecente, baseada ainda em resquícios do taylorismo e, sobretudo, no fordismo, e marcada pela rigidez dos postos de trabalho, esgotou sua capacidade de atender satisfatoriamente à necessidade do sistema de mercado em auto reproduzir-se.

Nesse contexto, a mão-de-obra configura um dos custos a serem reduzidos no sistema de produção, pautando a busca por novos patamares de lucratividade necessários à readequação à competitividade global.

É sob essa conjuntura que surge o que HARVEY denominou de acumulação flexível do capital:

“Portanto, a acumulação flexível surge como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo. Constitui um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1960, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho. Segundo David Harvey, a acumulação flexível caracteriza-se a partir do confronto direto com a rigidez do fordismo. Aquela se apoiaria na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (...)”⁴

ALVES, contudo, pontua o contrassenso que há por trás da escolha semântica dos discursos surgidos a partir da crise do capitalismo na década de 1970, especialmente acerca do termo “flexibilidade”. Esclarece que é da essência do sistema capitalista a necessidade de flexibilizar relações em função da mutabilidade do capital, que busca sempre auto reproduzir-se enquanto sistema dominante. Não é nenhuma novidade, portanto. Não indica uma necessidade dos “novos tempos”, mas uma “necessidade permanente de mudanças no interior do sistema para manter a vitalidade do capitalismo.”⁵

Em seus primórdios, pautou-se o capitalismo exatamente pela flexibilidade da força de trabalho em relação aos meios de produção, que deixaram de ser propriedade daquela. Só assim foi possível que o novo sujeito detentor dos meios de produção se apropriasse do mais-valor produzido pelo trabalhador assalariado, que passa a possuir tão somente sua força de trabalho, e não mais o objeto resultado dela.

⁴ ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo predatório. Fl. 13

⁵ COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora. Fl. 59

A alienação do sujeito assalariado em relação aos meios pelos quais ele próprio produz valor é o elemento essencial que permitiu que sua contraprestação fosse inferior ao valor que produz.⁶ A relação entre sujeito-trabalhador e meios de produção – agora propriedade apenas do sujeito-empregador – foi apenas a primeira flexibilização produzida pelo sistema capitalista.

“Primeiro, uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando “flexibilizar” as condições de produção, principalmente da força de trabalho. [...] É por isso que o novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a acumulação flexível apenas expõe, de certo modo, nas condições da crise estrutural do capital, o **em-si flexível do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado**: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) contínua (e incessante), por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados”⁷. (*grifo nosso*)

A flexibilização, portanto, não é propriamente uma novidade e uma necessidade ditada pelos novos tempos em oposição ao arcaico e ao ultrapassado. Não são ares novos em oposição a estruturas divulgadas como rígidas e antiquadas, que atuam supostamente como empecilho ao desenvolvimento econômico. Ela é o próprio “em-si flexível” do capitalismo. Representa, na verdade, um discurso político e econômico, historicamente situado, de legitimação da reestruturação produtiva promovida pela dinâmica capitalista a partir da década de 1970, que, diante de crise, buscou reinventar-se.

Não se trata, pois, da substituição do antigo pelo novo, mas da criatividade do antigo em desenvolver continuamente meios de sobrevivência. É o que Alves denominou de “estrutura sóciometabólica de reprodução do capitalismo”.⁸

Dessa forma, o contexto de crise estrutural no sistema econômico capitalista, atrelado ao discurso político que buscou legitimar a flexibilização na reestruturação produtiva, defendida como resposta ideal àquela, deu azo para que ganhasse notoriedade um modelo de organização do trabalho e gestão de produção que ficou conhecido como toyotismo.

⁶ Gabriela Delgado caracteriza essa alienação como o “desapego entre quem produzia – o sujeito – e o que era produzido – objeto”. Terceirização: Paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. Fl. 37

⁷ ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo predatório. Fl. 14.

⁸ Idem. Fl. 21

2.2. Toyotismo, fragmentação dos trabalhadores e captura de sua subjetividade

Surgido no Japão, o toyotismo conseguia responder à demanda pela redução do custo da mão-de-obra, mediante uma nova flexibilidade, como meio de obtenção do objetivo final, qual seja, o aumento da produtividade e dos níveis de lucro.⁹

Por um lado, o toyotismo promove a “produção- enxuta”, ou *lean production*, mediante uma nova racionalidade produtiva de enxugamento dos postos de trabalho. O toyotismo, nesse ponto, provoca um incremento do desemprego estrutural. Ao grupo de trabalhadores que perdem o emprego formal, resta, quando muito, novos trabalhos periféricos em condições precárias. A *lean production* reduz, portanto, o volume de mão-de-obra necessária na cadeia produtiva.

Por outro lado, ao grupo de trabalhadores que permanece nos quadros da empresa-enxuta, já reduzidos, é imposta a intensificação do ritmo de trabalho, com a diminuição máxima dos “tempos-mortos” durante a jornada de trabalho. Nesse sentido, observa-se uma outra nova característica: o modelo *just in time*, que busca extirpar os custos com a manutenção de estoques, requerendo que as taxas de produção permaneçam dentro do nível ótimo constantemente, a fim de atender à demanda imediata.

Além desses meios de controles tradicionais durante a jornada de trabalho, o toyotismo envolve também novas exigências ao trabalhador fora do período de trabalho, para a manutenção de seu emprego.

Tal modelo de produção, de certo modo, supera o “mecanicismo”¹⁰ do sujeito-trabalhador da era fordista, visto que requer também o “comprometimento psicológico”¹¹ dos trabalhadores, por meio da aderência à missão e aos princípios organizacionais. Nessa “captura” da subjetividade dos trabalhadores¹², o empregador obtém o aumento do de seu controle em duas frentes.

Primeiro, em relação ao período em si da jornada de trabalho, visto que os trabalhadores tensionados a cumprir a visão e missão da empresa passam a fiscalizar-se

⁹ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. In cap. 14 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania – A dimensão Coletiva dos Direitos Sociais dos Trabalhadores. Fl. 216

¹⁰ DELGADO, Gabriela Neves. Terceirização: Paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. fl. 52

¹¹ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. In cap. 14 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania – A dimensão Coletiva dos Direitos Sociais dos Trabalhadores. Fl. 217.

¹² ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo predatório. Fl. 17

uns aos outros – método que torna o controle mais intenso e onipresente, embora mais difuso e menos identificável. Tal pulverização do controle diminui a atribuição direta da intensificação do ritmo de trabalho ao empregador, mediante uma estratégia conhecida como “cooperação forçada”.¹³

Segundo, o controle sobre o trabalhador aumenta também em seu tempo livre, aquele não inserido na jornada de trabalho, que passa a ser dispendido para seu aperfeiçoamento pessoal, em virtude do temor constante do desemprego.

Dessa forma, a *lean production* e o *just in time* próprios do toyotismo possibilitam uma forma peculiar e sofisticada de absorver o sujeito-trabalhador, em todas suas dimensões, para a reprodução capitalista. Criam-se ao menos dois grupos¹⁴, o de trabalhadores periféricos, demitidos dos postos formais – a quem é atribuída individualmente a responsabilidade por não ter sido capaz de atender às novas necessidades empresariais – e o de trabalhadores centrais, reduzido e explorado ao máximo, mediante novas formas de controle difuso que se apropriam não só de sua fisicidade, mas também de sua mentalidade, dentro e fora do período de trabalho – visto que submetidos à insegurança organizacional permanente de transferência para o primeiro grupo.

Sobre a fragmentação da classe trabalhadora, antes organizada nos moldes de produção fordista e esfacelada com a transição para o toyotismo e para a empresa-enxuta, esclarecem Dutra e Ramos:

“A redução do grupo dos trabalhadores “fordistas” – assim denominados aqueles marcados por empregos estáveis, investimento em treinamento e com condições de trabalho satisfatórias – se dá por meio de demissões em massa de trabalhadores que, senão envolvidos nas estatísticas de desemprego, passam então a ocupar o mercado flutuante de terceirizados, subcontratados e temporários, e dificilmente voltam a alcançar a inserção em posto de trabalho “seguros”. Todavia, muitas vezes, esses mesmos trabalhadores, aos perderem seus empregos “seguros”, são aproveitados, de forma precarizada, na própria estrutura produtiva em que antes prestavam serviços na condição de empregados formais. Formam, assim, o que Giovanni Alves chamou de “subproletariado tardio”. A nova questão social, portanto, é formada por empregados, deserdados (desempregados) e instáveis [...] aqueles que oscilam entre trabalho e não-trabalho”¹⁵

¹³ BORGES, Lara Parreira de Faria. As transformações no mundo do trabalho: um estudo sobre a precarização do trabalho terceirizado. Fl. 44

¹⁴ DUTRA, Renata Queiroz e RAMOS, Gabriel de Oliveira. Tendências desmobilizadoras oriundas da terceirização e da precarização trabalhista. In cap. 22 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania – A dimensão Coletiva dos Direitos Sociais dos Trabalhadores

¹⁵ Idem. Fl. 355.

Acrescidas a esse modo de fragmentação e controle difuso dos trabalhadores, destacam-se ainda as formas de remuneração variáveis, vinculadas à produção (que no Brasil se refletiram na difusão das PLRs e dos comissionistas puros, por exemplo) e a horizontalização da organização de trabalho em equipes.

Estas últimas, ao contrário do aclamado inicialmente, apenas intensificam a individualidade e a competitividade no ambiente de trabalho, bem como a autofiscalização interna nas equipes – elementos que minam o estabelecimento de laços sociais e vínculos de solidariedade no ambiente de trabalho.¹⁶

Todo esse contexto de reestruturação produtiva pós-crise dilui a percepção da origem da precarização das condições de trabalho, que passa a ser cada vez menos atribuída ao empregador – que, como visto, pulveriza sua posição de controlador direto – para se inserir na esfera da responsabilidade individual do trabalhador, que arca com a incumbência de adequar-se à nova realidade, naturalizada e vendida como irreversível consequência de novos tempos.

Dessa forma, o antagonismo entre os interesses de dois grupos distintos – proletariado e empregador capitalista – antes tão bem delineado no fordismo, perde nitidez no modelo de produção toyotista.

2.3. Neoliberalismo: o discurso de legitimação política do toyotismo e de reação às formas de proteção trabalhista então vigentes

Essas novas circunstâncias no modelo de produção, promovidas pelo toyotismo, bem como suas consequências sociológicas para a fragmentação da classe trabalhadora, não se deram ao acaso. Há discursos que buscam legitimar tais mudanças, naturalizando-as e vendendo-as como necessárias e irreversíveis.

Não há transparência, portanto, sobre as razões que permitiram a difusão desse modelo de produção, que, em verdade, repousam em opções políticas. O toyotismo e toda a reestruturação produtiva do capitalismo engendrada pós-crise caracterizam tão somente a resposta econômica que mais galgou aceitação dentro do discurso político dominante nos países centrais do sistema capitalista, à época.

Nesse sentido, importante ressaltar a hegemonização, na década de 1980, de um pensamento político-econômico que deu ensejo à propagação das formas de acumulação

¹⁶ SILVA, Leonardo Mello. Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe: apontamentos em torno de uma pesquisa. In cap. 2 da obra A Era da Indeterminação. Fl. 72

flexível do capital mediante reestruturações produtivas consentâneas com a flexibilização nas relações de trabalho – o neoliberalismo.

A ascensão do neoliberalismo, com o surgimento de lideranças políticas como Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos EUA e Kohl na Alemanha, bem como a ausência de uma contraposição política de força correspondente – decorrente da crise do bloco soviético – concedeu a oportunidade para que os discursos de flexibilização nas relações de trabalho, mediante reestruturações produtivas voltadas à nova intensidade da demanda por lucros e competitividade, se tornassem dominantes.¹⁷

O neoliberalismo, em breve síntese, buscava resgatar, de certo modo, a atuação mínima do Estado Liberal na regulação de diversas esferas econômicas, dentre as quais destacamos aqui o mercado de trabalho. O Estado Liberal havia sucumbido em face do Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State* após a Segunda Guerra Mundial. Este passou a pautar, então, a intervenção estatal na promoção de políticas públicas atinentes a direitos sociais, diante da intensa desigualdade socioeconômica gerada no período anterior.

Foi sob a égide do Estado do Bem-Estar Social então que o Direito do Trabalho – que havia recentemente se institucionalizado enquanto ramo jurídico autônomo – sistematizou no plano legal uma diversificada regulação do mercado de trabalho.¹⁸ Positivou, ainda que com efeitos restritos muitas vezes ao plano formal, muitas das reivindicações das mobilizações coletivas de trabalhadores que já pressionavam anteriormente o Estado Liberal, em reação às explorações engendradas no modo de produção taylorista, ainda que mediante um sindicalismo incipiente.

No *Welfare State*, portanto, “o Direito do Trabalho encontrou plena ascensão e maturação e o movimento sindical expandiu-se sob várias matizes, inclusive sob a forma do sindicalismo de resultados.”¹⁹

Dessa forma, com o posterior esgotamento do Estado do Bem-Estar Social, a partir da crise estrutural do capitalismo da década de 1970 a que nos referimos, se torna evidente de que forma as propostas de reestruturação produtiva que flexibilizam as

¹⁷ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. In cap. 14 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania – A dimensão Coletiva dos Direitos Sociais dos Trabalhadores. Fl. 216

¹⁸ DELGADO, Gabriela Neves. Terceirização: Paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. Fls. 46/47

¹⁹ Segundo Gabriela Neves Delgado, em Terceirização: Paradoxo do direito do trabalho contemporâneo, fl. 50, diante da ascensão de uma legislação social “corporativista-assistencialista” durante o Estado do Bem-Estar Social, o movimento sindical foi induzido não mais a contestar o sistema capitalista, em si, mas a dialogar com ele no sentido de conquistar resultados e concessões no tocante aos salários e às condições de trabalho.

garantias sociais da força de trabalho – mormente o toyotismo – ganharam coro dentro do discurso neoliberal.²⁰

O cerne do neoliberalismo, no que tange ao mercado de trabalho, consiste então na flexibilização de todo esse arcabouço de legislação social criado no *Welfare State*. Tal estratégia visou, a partir da crise do capitalismo de 1970, permitir novos padrões de acumulação do capital – o que não seria possível dentro das estruturas produtiva, jurídica e sindical até então vigentes.

Nesse sentido, Giovanni Alves explicita o inquestionável caráter político-ideológico que deu sustentáculo à reestruturação produtiva pós-crise do capitalismo:

Assim, o complexo de inovações tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas do empreendimento capitalista (...) possuem o caráter de ofensiva do capital na produção, visando a constituir novas condições para sua acumulação e reprodução ampliada. Naquele momento, tem um importante caráter político: solapar o poder do trabalho organizado visando aumentar a taxa de exploração. Aliás, o empreendimento capitalista da acumulação flexível implica níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (...), o que contribui para abater a capacidade de reação sindical e política de classe trabalhadora às novas condições da acumulação flexível. (...) O nexo essencial da dita acumulação flexível é ser “movimento reativo” às conquistas da classe trabalhadora (...).²¹

Percebe-se, então, que, como a legislação social surgida a partir das mobilizações coletivas dos trabalhadores em face da exploração nos sistemas taylorista e fordista eram empecilhos para a superação da necessidade cíclica de sobrevivência do capitalismo²², era preciso então criar formas de organização do trabalho às margens da disciplina legal então existente.

É sob esse prisma, portanto, que toda a cadeia produtiva foi fragmentada, atendendo aos anseios econômicos e políticos que se tornaram hegemônicos desde então. Houve, para tanto, a criação de uma verdadeira “nova morfologia do trabalho”²³, conforme destaca Antunes, adequada ao discurso neoliberal de flexibilização da estrutura produtiva anterior.

²⁰ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. In cap. 14 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania – A dimensão Coletiva dos Direitos Sociais dos Trabalhadores. Fl. 213

²¹ ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo predatório. Fl. 20

²² DELGADO, Gabriela Neves. Terceirização: Paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. . Fl. 56.

²³ Expressão utilizada por Ricardo Antunes no artigo *Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil*, para referir-se ao novo desenho da classe trabalhadora no Brasil após a reestruturação produtiva desencadeada a partir da crise estrutural do capitalismo na década de 1970.

As transnacionais descentralizaram-se, repassando atividades a filiais e mesmo a outras empresas, de menor porte, localizadas em países onde a mão-de-obra fosse mais precarizada e, portanto, mais barata. Nesse aspecto, intensificou-se a globalização da concorrência e a formação do sistema de “empresas-rede”.²⁴ Surge a partir daí uma verdadeira nova organização internacional do trabalho.

Outrossim, no tocante aos âmbitos nacionais, as empresas descentralizaram suas atividades produtivas também internamente, criando, como visto, a divisão entre grupos de trabalhadores centrais e periféricos. Enquanto se buscou reduzir o primeiro grupo, o segundo cresceu e teve suas condições exponencialmente precarizadas.

Todas essas circunstâncias decorreram, como visto, da percepção de que a proteção da legislação trabalhista consolidada no auge do *Welfare State* se direcionava à relação de emprego clássica, surgida com o advento da sociedade salarial e do trabalho assalariado durante o Estado Liberal. Essa legislação, em outros termos, refere-se à relação jurídica bilateral entre sujeito-empregado e sujeito-empregador. Ela se adequava às reivindicações do proletariado industrial da época, explorado por meio de contratações civilistas puras, e criadas sob a ótica que prevalecia até então: aquela fundada em uma irrestrita liberdade contratual.

Não por acaso, diante da crise do sistema capitalista da década de 1970 e da necessidade de renovação do *modus operandi* da produção e reprodução do capital, a reestruturação produtiva cuidou de diminuir exatamente o volume de mão-de-obra protegido por essa legislação, visando à intensificação da exploração mediante alternativas ainda não previstas juridicamente.

É sob esse prisma que Antunes explica que o proletariado industrial, herança dos esgotados modos de produção taylorista e fordista, foi drasticamente reduzido mediante estratégias do toyotismo como a *lean production* e o *just in time*.²⁵

Em contrapartida, cresceu enormemente o setor de serviços, que passou a comportar inúmeras formas de prestação de serviços fora dos padrões do trabalho assalariado clássico e, portanto, não abrangidos ainda pelo Direito do Trabalho.

A redução dos custos da mão-de-obra para o empresariado passava assim por uma única via – a precarização da força de trabalho em novas modalidades contratuais, às margens da proteção legal conquistada nas décadas anteriores.²⁶

²⁴ DELGADO, Gabriela Neves. Terceirização: Paradoxo do direito do trabalho contemporâneo. Fl. 57

²⁵ ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil

²⁶ MARCELINO, Paula. Trabalhadores terceirizados e luta sindical.

Dessa forma, a classe trabalhadora deixou de concentrar-se no proletariado industrial, reduzido enormemente após a reestruturação produtiva, para concentrar-se no que podemos denominar de “precariado”²⁷ – não só no setor de serviços, que passou por grande expansão, mas em diversos setores da economia.

2.4. Novo modelo contratual para fuga da proteção à relação de emprego clássica

Nesse contexto descrito no item anterior, surgiram formas de contratação de mão-de-obra não bilaterais e, portanto, distintas da relação de emprego clássica. Seu objetivo era a pulverização da figura do sujeito-empregador, isto é, do sujeito de deveres legais para com os empregados. A estratégia consiste então em desonerar o verdadeiro beneficiário da força de trabalho, com o objetivo, como visto, de burlar a legislação trabalhista existente. Assim:

“Nesse período, aprofundaram-se políticas de mercantilização de mão de obra e tentativas de se criarem contratos atípicos, com relações de trabalho rarefeitas, como fórmula de se escapar da incidência da normatividade trabalhista. São inúmeros os exemplos nessa direção, como a terceirização, a pejotização, a multiplicação dos contratos a termo, a informalidade trabalhista, entre outros. Annie Thébaud-Mony e Graça Druck, em notável estudo comparativo do processo de expansão da terceirização no Brasil e na França, avaliam que a terceirização figura hoje como elemento central da flexibilização e da precarização do trabalho num processo hegemônico do capitalismo mundializado, voltado à desconfiguração do clássico regime de emprego fundado na segurança e na estabilidade das relações de trabalho.”²⁸

Sob esse prisma, como mencionado, exsurgiu e ganhou notoriedade no mundo o fenômeno da terceirização, caracterizado por instituir uma nova relação de trabalho, trilateral. Nesta, o tomador de serviços deixa de ser sujeito-empregador para transmutar-se tão somente em mero contratante civil de uma outra empresa, a prestadora de serviços – que arregimenta diretamente a mão-de-obra. Busca, pois, recuperar a liberdade contratual própria da época em que os contratos de trabalho eram mera manifestação do direito contratual civil.

²⁷ Expressão utilizada por Ruy Braga em seu livro “A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista” para definir a nova classe social surgida, ainda dentro da sociedade salarial, a partir da precarização salarial e da precarização existencial dos trabalhadores ocorridas no bojo do fenômeno da mercantilização do trabalho.

²⁸ DELGADO, Gabriela Neves Delgado; AMORIM, Hedler Santos. Os limites constitucionais da terceirização. Fl. 21

Patente, então, a tentativa de fuga da proteção do Direito do Trabalho, mediante a criação desse novo modo de organização fragmentada da produção. Estratégia essa corroborada e legitimada pelo discurso neoliberal, em uma relação simbiótica de sobrevivência entre capital, neoliberalismo e reestruturação produtiva:

“Assim, pode-se verificar que a prática da terceirização está totalmente imbricada, e até se mistura e se confunde, com o sistema neoliberal. A terceirização é uma prática que exemplifica o modo de vida, produção e trabalho do neoliberalismo, de forma completa, tornando-o um modelo de desespero e angústia para os trabalhadores, e uma solução para ampliação de lucros dos grandes empresários”²⁹

Impende, portanto, analisar de que forma e em que moldes se dá a fragmentação produtiva mediante a terceirização, estratégia produtiva desenvolvida à luz das circunstâncias aqui expostas.

2.5. Terceirização e sua face visível de burla ao Direito do Trabalho

A terceirização consiste, segundo Godinho Delgado, no “fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justralhista que lhe seria correspondente”³⁰. Isto é, por meio da terceirização, a relação econômica de trabalho – mediante a qual um indivíduo põe sua força de trabalho à disposição de outrem e em favor desse produz resultados – não encontra correspondência em uma relação jurídica de emprego. Assim, não incidem sobre a relação econômica de trabalho todos os dispositivos protetivos, constitucionais e legais, correspondentes à relação de emprego, pois agora estão dissociadas.

A relação de emprego é externalizada da empresa³¹, embora continue ocorrendo, em seu favor, a prestação de serviços dos trabalhadores – agora formalmente contratados por outra empresa. Dissociam-se, assim, o trabalho material e a relação formal de emprego. O primeiro ocorre pelos trabalhadores em favor da empresa tomadora de serviços; a segunda, ao contrário, se dá entre esses mesmos trabalhadores e a empresa prestadora de serviços. Isto é, o indivíduo trabalhador é contratado

²⁹ BORGES, Lara Parreira Ferreira. As transformações no mundo do trabalho: um estudo sobre a precarização do trabalho terceirizado. Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB. Fls. 58 e 59

³⁰ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. Fl. 436

³¹ Seja na terceirização externa, com a criação das chamadas empresas-rede, em que os terceirizados são, fisicamente, externalizados da empresa; seja na terceirização interna, em que, embora a relação de emprego esteja externalizada da estrutura da tomadora de serviços, os terceirizados convivem com os empregados efetivos daquela no mesmo espaço físico, na sede da tomadora de serviços. Nesse sentido, ver: Para entender a terceirização, de Márcio Túlio Viana.

formalmente por uma empresa para, e somente para, prestar serviços para uma segunda empresa.

A empresa tomadora de serviços se desonera, portanto, da posição de sujeito-empregador. Para alcançar tal objetivo, pactua um contrato de prestação de serviços, de natureza civil, com a empresa prestadora, cujo objeto consiste exatamente no fornecimento dessa mão-de-obra “limpa”, desacompanhada de obrigações trabalhistas, já que não serão os trabalhadores seus empregados. Assim, a empresa prestadora de serviços atua como mera intermediária entre a mão-de-obra e a empresa que, de fato, se utiliza dos serviços dela.

A proteção justralhista, então, passa a incidir na relação do trabalhador com a empresa prestadora de serviços, localizada externamente à estrutura organizacional da empresa tomadora de serviços. Esse é um dos fins em si da terceirização: desonerar a empresa que a pratica de todas as obrigações trabalhistas que lhe seriam inerentes. É a fuga da posição de sujeito-empregador que, como visto, se tornou “cara” à medida que evoluiu o arcabouço normativo de proteção trabalhista ao longo do século XX, sobretudo sob a influência do Estado do Bem-Estar Social.

A estratégia de reestruturação produtiva concernente à terceirização, portanto, ao visar à separação do núcleo produtivo-econômico do núcleo jurídico, inaugurou uma tentativa de desoneração da responsabilidade jurídica da empresa, construída historicamente a duras penas e lutas, como uma contrapartida aos benefícios auferidos por ela mediante o uso do capital.

Não obstante a tentativa de legitimar essa desvinculação da empresa que auferes os benefícios do trabalho em relação aos trabalhadores que lhe prestam serviços, por meio da inserção de uma empresa entre eles, essa última, verdadeira intermediadora de mão-de-obra configura apenas um “empregador aparente”, cuja existência busca camuflar a responsabilidade daquela primeira empresa – quem, de fato, auferes lucros a partir do trabalho dessa mão-de-obra.

A transferência do vínculo jurídico de emprego, extirpando-o, junto com seus custos, de dentro da empresa principal, gera não só uma mudança formal da figura do sujeito-empregador (embora a prestação material de serviços permaneça), mas uma verdadeira precarização das condições dos trabalhadores que são vinculados, de forma estratégica, apenas à empresa prestadora de serviços.

Isso ocorre, em síntese, porque esta empresa não ostenta, regra geral, as mesmas condições econômicas que a empresa tomadora de serviços, visto que seu único objeto

social – se é que consideremos lícito que o seja – é o fornecimento de mão-de-obra para outrem. Seu lucro advém, portanto, do pagamento por essa intermediação. Nesse sentido,

“A terceirização, ainda, visa a dificultar que se atinja a necessária responsabilidade social do capital. Nesse modelo de produção, a grande empresa não contrata empregados, contrata contratantes e estes, uma vez contratados, ou contratam trabalhadores dentro de uma perspectiva temporária, não permitindo sequer a formação de um vínculo jurídico que possa ter alguma evolução, ou contratam outros contratantes, instaurando-se uma rede de subcontratações que provoca, na essência, uma desvinculação física e jurídica entre o capital e o trabalho, tornando mais difícil a efetivação dos direitos trabalhistas, pois o empregador aparente, aquele que se apresenta de forma imediata na relação com o trabalho, é, quase sempre, desprovido de capacidade econômica ou, ao menos, possui um capital bastante reduzido se comparado com aquele da empresa que o contratou. Vale lembrar que o capital envolvido no processo produtivo mundial é controlado, efetivamente, por pouquíssimas corporações, que com a lógica da terceirização buscam se desvincular do trabalho para não se verem diretamente ligadas às obrigações sociais, embora digam estar preocupadas com ações que possam “salvar o mundo”!³²

Essa fragilidade econômica da empresa prestadora de serviços advém, em outros termos, da ausência de capital, um dos fatores de produção essenciais à organização da atividade econômica, juntamente como a tecnologia, a matéria-prima, o trabalho e o capital.³³

Assim, observa-se que, se a empresa é a atividade econômica organizada, em torno desses fatores, para a produção ou circulação de bens e serviços³⁴, a única atividade empresária da prestadora de serviços é a oferta, no mercado composto por tomadoras de serviços, de um serviço concernente ao “fornecimento de mão-de-obra”.

Percebe-se, ainda, que mesmo a configuração dessa intermediação de mão-de-obra como atividade empresária é discutível, visto que é problemática a ausência dos demais fatores de produção na atividade desempenhada pela prestadora de serviços pois, fora o trabalho, ela não arregimenta e coordena os demais elementos de produção descritos pelas teorias econômicas e jurídicas da empresa.

Sob esse prisma, sequer exerceria uma atividade produtiva autônoma, haja vista que “não possui de fato capital e sua atividade empresarial é restrita a dirigir a atividade

³² SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização elimina responsabilidade do capital. Revista Consultor Jurídico. Setembro de 2003

³³ COELHO, Fábio Ulhôa. Fl. 34. Curso de direito comercial: direito de empresa

³⁴ Conceituação de empresa que se depreende do art. 966 do Código Civil, que consagrou a adoção, no Brasil, da teoria da empresa desenvolvida no sistema empresarial italiano e o abandono da teoria de atos de comércio, de origem francesa.

de trabalhadores em benefício do interesse produtivo de outra empresa.”³⁵ Podem ser consideradas, assim, “empresas-ocas”.³⁶

Assim, desde a crise do capitalismo da década de 1970, fica claro qual foi a principal opção econômica acerca da fonte ideal para a redução de custos das sociedades empresárias – o trabalho. Para tanto, importante salientar que, entre todos os fatores de produção da atividade econômica – capital, trabalho, tecnologia, matéria-prima –, o trabalho é aquele cujos custos, de forma mais intensa, advém do arcabouço normativo que o protege.

Dessa forma, as sociedades empresárias, em vez de repassar os custos do trabalho para o preço final – o que pode lhes gerar perda de vantagem comparativa em relação aos concorrentes – opta por externalizar da sua estrutura organizacional o próprio fator de produção que lhes gera custos, repassando-o para a prestadora de serviços que, ao contrário, dispõe apenas desse elemento.

É, assim, que a opção econômica mais atrativa para a sobrevivência das empresas no contexto pós-crise significava, do ponto de vista jurídico, uma estratégia de fuga da normatividade imposta às relações de trabalho, por meio da criação de relações trilaterais ainda não protegidas pelo Direito do Trabalho.

Dessa forma, é importante salientar que a lógica já bastante destacada aqui, e correntemente aceita pela doutrina e pela jurisprudência, de que a terceirização é uma estratégia produtiva de fuga das obrigações trabalhistas, decorre da percepção, pelas sociedades empresárias, de que um dos fatores de produção – o trabalho – era aquele mais fortemente protegido por um “direito-custo”.³⁷

O Direito do Trabalho, sob uma análise estritamente econômica, representa assim um “direito-custo”, cujo foco ainda em muito se concentra na clássica relação bilateral de emprego.

“Nesse sentido, nota-se que algumas normas jurídicas representam, para o empresário, um importante elemento de custo. São dessa natureza, por exemplo, grande parte das normas de direito do trabalho (...), de direito tributário (quando relacionadas a tributos de interesse da empresa), de direito previdenciário (as referentes às contribuições do empregador e, também, às do empregado), ambiental, urbanístico,

³⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Terceirização elimina responsabilidade do capital. Revista Consultor Jurídico. Setembro de 2003

³⁶ Expressão cunhada no artigo “As terceirizadoras são desprovidas de sentido social”, de autoria coletiva do grupo de pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/CNPQ), publicado no sítio eletrônico da Carta Maior. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-terceirizadoras-sao-vazias-de-sentido-social/4/33377>>, acesso em 21/10/2015.

³⁷ MARCELINO, Paula. Trabalhadores terceirizados e luta sindical.

entre outros. (...) Quando a lei cria um novo direito trabalhista, por exemplo, os empresários alcançados refazem seus cálculos para redefinir o aumento dos custos de seus negócios”³⁸

Dessa forma, a redução de custos imposta pela necessidade cíclica de sobrevivência e reprodução capitalista perpassou pela criação de um novo arranjo que não se almodasse às hipóteses de incidência desse direito-custo.

2.6. Terceirização e sua face oculta: combate às normas trabalhistas autônomas e à sanção paralela representada pelos sindicatos

De toda sorte, entender a terceirização meramente como a estratégia de redução dos custos advindos do fator de produção trabalho, através da criação de uma estrutura produtiva que elide a incidência de um direito-custo – o direito do trabalho, é simplista e não abrange a complexidade do fenômeno.

As estratégias para tentar reduzir custos com a mão-de-obra não são criação do toyotismo pois, como visto, a necessidade de flexibilização é inerente à própria estrutura sóciometabólica do capitalismo, que, em crises cíclicas, busca produzir e auto-reproduzir suas próprias condições de sobrevivência.³⁹ Nesse sentido, lembremos dos níveis de exploração tão característicos das fábricas urbanas na era taylorista, em que eram recrutados imensos contingentes de mulheres e crianças para integrarem o operariado nas cidades, já que representavam redução dos custos de mão-de-obra se comparados com o operário homem e adulto.

No entanto, da experiência histórica gerada após as lutas operárias que representaram tão bem a resistência dos trabalhadores a tais níveis de exploração, sobretudo entre o final do século XIX e o início do século XX, os detentores do capital apreenderam uma lição. As estratégias de redução de custos devem ser mais sofisticadas, sob pena de instar mobilizações coletivas dos trabalhadores contra ela.

É nesse sentido que se impõe observar que não bastava à reestruturação produtiva pós-crise de 1970 reduzir a incidência da legislação heterônoma estatal, por meio da criação de uma estrutura formal de prestação de serviços e de atividades que fugisse da clássica relação bilateral de emprego. Era igualmente necessário àqueles interesses analisar e combater todas as fontes materiais de normatividade do direito do trabalho, esse direito-custo que se desenvolveu como forma de resistência no período anterior.

³⁸ COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. Fls. 53 e 54

³⁹ MÉSZÁROS, István. O século XXI – Socialismo ou Barbárie?

Assim, para fins de redução de custos no fator de produção trabalho, a terceirização voltou-se não apenas para a fragilização da aplicação da norma heterônoma estatal, mas igualmente para o *locus* de onde surge a fonte material autônoma de criação das normas trabalhistas: os sujeitos coletivos de trabalhadores.

Houve então a percepção de que, além de afastar a legislação heterônoma, era benéfico aos interesses empresariais que a terceirização guardasse em seu cerne o potencial de fragmentar os interlocutores sociais que criam, de forma autônoma, mais normas protetivas, mediante negociações coletivas que culminam em outras fontes normativas de Direito do Trabalho, como os acordos coletivos e as convenções coletivas.

Assim, procurou-se superar o paradoxo dos modelos de produção anteriores, que, ao reunir trabalhadores lado a lado para, de forma padronizada e em um mesmo espaço físico, atingirem o maior nível de produtividade possível, acabava por uni-los em um ambiente propício à construção de identidades coletivas.

Esse contexto deu azo ao surgimento de um sindicalismo de resistência que culminou num poder autônomo de criação de uma normatividade que extrapolava aquela heterônoma estatal, oriunda dos Parlamentos:

“A solução foi reunir os trabalhadores num mesmo espaço físico – a fábrica – a fim de controlar pelo menos os seus horários e a sua produção. A fábrica era também o lugar adequado para abrigar as máquinas que surgiam. (...) Assim constituído, o modelo de produção trazia embutido um paradoxo que parecia invencível: de um lado, via-se obrigado a reunir e uniformizar os trabalhadores, para que eles produzissem de forma vigiada, metódica e previsível; de outro, não tinha como evitar a *união* que a *reunião* provocava. Sofrendo as mesmas dores, e sonhando os mesmos sonhos, cada trabalhador se via no outro, como num espelho. E assim, pouco a pouco, os indivíduos antes atomizados criaram coalizões, e destas nasceram os sindicatos.”⁴⁰

Essa contradição, entre a reunião física de trabalhadores necessária à produtividade do capital e a construção coletiva de uma identidade de resistência a esse mesmo capital, fez exsurgir uma faceta do Direito do Trabalho direcionada pelos próprios interlocutores sociais, a partir da consciência de classe de suas condições e da percepção de si próprios como sujeitos de direito, não apenas no sentido de serem

⁴⁰ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos; VIANA, Márcio Túlio. Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. In: Revista do TST nº 7. Fls. 36 e 37

objeto da norma heterônoma estatal, mas de se reconhecerem igualmente como autores de normatividade.⁴¹

O Direito do Trabalho, “Assim, mais do que um subproduto do sistema, ele nasceu e cresceu, em grande medida, como a resultante de um seu *modo de ser*, representado pela fábrica – uma fábrica cada vez mais concentrada e concentradora.”⁴²

Sob a égide do toyotismo, contudo – quando já presente a percepção de que a reação à conduta empresarial de redução de custos empreendida pelos modos de produção anteriores geraram um movimento reativo que culminou na criação de um extenso arcabouço normativo de “direito-custo” – a sistematização das práticas terceirizantes surgem como tentativa renovada, sob ares de uma pretensa “modernidade”, de afastar as múltiplas origens normativas existentes sobre o fator de produção trabalho.

Assim, não apenas se esvaindo da incidência da legislação heterônoma estatal referente à relação de emprego bilateral – por meio da transferência do vínculo empregatício formal para uma prestadora de serviços – mas também impedindo o empoderamento dos sujeitos aptos a criar normas coletivas – por meio da fragmentação do ambiente de trabalho fértil à construção de identidades coletivas – a terceirização se apresenta como estratégia sofisticada de elisão do Direito do Trabalho como um todo, seja quanto às fontes heterônomas, seja quanto às fontes autônomas.⁴³

Dessa forma, ao contrário da *união* que a *reunião* de trabalhadores nas fábricas provocava nos modelos de produção anteriores, a tênue relação paradoxal entre exploração e resistência foi modificada, em uma verdadeira “nova morfologia do trabalho”⁴⁴:

“Hoje, no entanto, a mesma contradição que fez nascer o sindicato, e que por suas mãos deu vida e efetividade ao Direito, começa a ser superada. E uma das razões – provavelmente a maior – é a terceirização. Ela viaja alguns séculos no tempo, para voltar – revigorada – em suas duas versões. Quando *externa*, a terceirização fragmenta cada empresa em múltiplas *parceiras*, espalhando também

⁴¹ Esse processo, em que sujeitos se elevam para organizar ações coletivas de resistência, é uma das formas de manifestação do *ius resistantiae*, descritas por Márcio Túlio Viana. Tal direito “não significa contra-ataque, retaliação ou revide, mas *proteção*.” VIANA, Márcio Túlio. Direito de Resistência. Fl. 109

⁴² DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder. Fl. 37. Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. In: Revista do TST nº 77

⁴³ “Assim, a terceirização permite que as empresas tomadoras ou principais isentem-se de pagar encargos trabalhistas e previdenciários, além de não ter que aplicar os direitos advindos dos acordos coletivos firmados com seus empregos diretos aos terceirizados” In A “Revolução” das negociações coletivas: precarizando direitos dos trabalhadores terceirizados, de Lara Parreira de Faria Borges. Fl. 402 da obra coletiva Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas

⁴⁴ Expressão cunhada por Ricardo Antunes, em Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil.

os trabalhadores – mas dessa vez sem os problemas de antes, pois as novas tecnologias viabilizam o controle a distância. Em outras palavras, já é possível *produzir sem reunir*. Quando *interna*, a terceirização divide em cada empresa os trabalhadores, opondo efetivos a terceirizados, estes se sentindo – não sem alguma razão – inferiores àqueles, e ameaçando veladamente o seu lugar. Desse modo, já é possível até mesmo *reunir sem unir*.⁴⁵

Nesse contexto, percebe-se que a terceirização, em sua face mais visível, age de fora do ordenamento jurídico, visando a burla na aplicação das normas trabalhistas de fonte heterônoma e, em sua face oculta, age de dentro do ordenamento jurídico, implodindo-o desde seu interior, por meio de técnicas para evitar a resistência coletiva à exploração, fragilizando sujeitos coletivos que historicamente fazem pressão para o cumprimento dos direitos trabalhistas postos e atuam como sanção paralela⁴⁶ aos poderes estatais diante do descumprimento.

A terceirização, portanto, também possui essa face oculta, que atua de dentro do ordenamento jurídico para, a partir da desconstrução de identidades e sujeitos coletivos, promover a fragilização da própria construção de normas trabalhistas de fonte autônoma e, ainda, enfraquecer a resistência coletiva que funciona como sanção paralela às condutas empresariais como um todo. Nesse segundo viés, busca evitar que os trabalhadores se identifiquem com e se organizem em entidades sindicais fortes, de forma que a fonte material autônoma do Direito do Trabalho não represente mais um potencial instrumento de acréscimo do arcabouço protetivo dos trabalhadores, mas sim um meio de flexibilização das normas criadas⁴⁷ a partir da fonte material heterônoma – também já enfraquecida, pela face mais visível.

Nesse sentido, inclusive, alerta Sayonara Grillo que a promoção, no âmbito jurídico, de uma pretensa autonomia privada coletiva, refletida na crescente importância

⁴⁵ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos; VIANA, Márcio Túlio. Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. In: Revista do TST nº 7. Fl. 37

⁴⁶ Nesse sentido: “É que, como sabemos, o Direito do Trabalho não se realiza tão facilmente como o Direito Civil. Enquanto o passageiro de um táxi nem sequer cogita em não pagar a corrida, o empresário tende a aplicar a lei *como, quando, onde e quanto* quer, e assim mesmo *se quiser* – governando-a tal como governa a própria força-trabalho. Por isso, além de todo um aparato de repressão – fiscais, juizes, procuradores – a norma exige que as mesmas forças que a fizeram brotar *continuem a existir*. É preciso que o ambiente de pressão, representado pela greve, transforme-se numa sanção paralela, de reforço.” In Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. Fl. 36

⁴⁷ Segundo Lara Parreira de Faria Borges, “é possível observar pela análise de algumas ementas de acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho como as negociações coletivas são muitas vezes utilizadas como instrumento para precarizar e flexibilizar os direitos dos terceirizados.” In A “Revolução” das negociações coletivas: precarizando direitos dos trabalhadores terceirizados, Fl. 402 da obra coletiva Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas.

que ganhou a negociação coletiva desde a década de 1990 no Brasil⁴⁸, se coaduna, na verdade, com a estratégia de uma flexibilização trabalhista oculta, por meio da criação prévia de um ambiente institucional de fragilidade sindical. Se atuar de fora, assumindo uma posição explícita de defesa de diminuição dos direitos trabalhistas, via legislativo, torna a estratégia de fragilização do Direito do Trabalho muito visível, por quê então não dar ares de legitimidade democrática a essa flexibilização?

Privilegia-se então a autonomia privada coletiva e a abrangência material cada vez maior da negociação coletiva. Mas, antes, fragiliza-se o sujeito legitimado a realizá-la, de forma a minar a capacidade de assumir posições protetivas dos trabalhadores e contrárias ao capital:⁴⁹

“Em consequência, a terceirização afeta duramente – e de três modos – as fontes do Direito do Trabalho. *Primeiro*, dificultando a criação de normas protetivas. *Segundo*, facilitando a edição de normas precarizantes. *Terceiro*, enfraquecendo aquela sanção paralela e, desse modo, debilitando cada artigo da CLT. Não custa notar, a propósito, que as fontes materiais têm esse nome porque são elas que nos dão a *matéria*, o *conteúdo*, do Direito. Desse modo, quando as fontes se transformam, o Direito também se altera em termos de efetividade e de intensidade normativa.”⁵⁰

A terceirização representa, pois, um fenômeno complexo de múltiplas consequências jurídicas, que, em seu cerne, busca atuar nas próprias fontes do Direito do Trabalho, em duas frentes distintas, para torná-lo menos oneroso às atividades empresariais.

Com vistas a analisar de forma mais detida essa face oculta da terceirização, que atua de dentro do ordenamento jurídico visando minar a própria construção do Direito, e também a capacidade dos trabalhadores de criar a sanção paralela a seu descumprimento, é imperioso examinar, primeiramente, de que modo ela atua na desconstrução de subjetividades individuais e coletivas – fenômeno que antecede a fragilização sindical dos empregados terceirizados.

⁴⁸ GRILLO, Sayonara. In: A quem interessa a promoção da negociação coletiva e da autonomia privada coletiva?

⁴⁹ Gabriela Neves Delgado já destacava, em Terceirização: paradoxo do Direito do Trabalho contemporâneo, que os sindicatos, paradoxalmente, podem servir de legitimação para o sistema econômico dominante, nas hipóteses em que deixam de contestar o sistema em si e passam a meramente pleitear um patamar civilizatório dentro dele, não atuando mais de forma progressiva, mas, de certa forma, conformada. Servem, assim, ao discurso que busca justificar os ares democráticos do sistema, tal qual ocorreu ao fim do Estado Liberal, em que o novo paradigma constitucional, o Estado do Bem Estar Social, se legitimou a partir dos direitos sociais criados e protegidos, embora permanecesse capitalista.

⁵⁰ DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos; VIANA, Márcio Túlio. Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques. In: Revista do TST nº 7. Fl. 37

3. Capítulo II - A centralidade do trabalho na Ontologia do Ser Social: como se dá o duplo estranhamento mediante a terceirização?

Como visto no capítulo anterior, a terceirização possui uma face oculta que lhe permite atingir a própria criação do Direito do Trabalho, a partir de estratégias que atingem o sujeito trabalhador. A análise dessa interrelação entre o próprio Direito e o trabalhador, objeto de sua normatividade e, ao mesmo tempo, seu sujeito criador, é importante para darmos luz a essa face oculta.

Nesse sentido, alerta Viana que “O próprio trabalhador se faz cúmplice do processo, embora não se possa culpá-lo por isso”⁵¹. Assim:

“Nesse ponto, não custa notar como – em certa medida – Direito e sujeito se integram e se confundem. Com frequência, um aponta para o outro, um expressa e releva o outro. Sob esse aspecto, o Direito do Trabalho não é apenas um conjunto de normas e institutos, mas o *próprio trabalhador*.”⁵²

Diante dessas circunstâncias, é preciso analisar, em primeiro lugar, de que forma o trabalho influencia na construção da sociabilidade dos indivíduos para, então, analisarmos de que forma essa sociabilidade, modificada diante da nova morfologia do trabalho gerada pela terceirização, afeta o Direito.

Para tanto, examinaremos a construção teórica do filósofo húngaro György Lukács sobre a definição do Trabalho como categoria ontológica central do ser social.⁵³ Isto é, sua análise do modo como o trabalho é essencial no processo de construção do próprio indivíduo enquanto ser social e o modo como seus diferentes formatos refletem na reprodução da sociabilidade. O adotaremos, portanto, como arcabouço teórico para a nossa posterior análise da influência da terceirização na (des)construção das identidades dos indivíduos terceirizados e, em decorrência, em sua agregação sindical.

Tal opção metodológica se dá em função da importância de Lukács na recuperação de um paradigma do trabalho, que busca recharacterizar o trabalho como atividade vital humana, em oposição a “toda uma escola desconstrutora do trabalho – conhecida pelas teses do “fim do trabalho”⁵⁴.

Passamos, pois, à análise de alguns elementos essenciais da teoria Lukácsiana, sem as quais torna-se inadequada uma verdadeira análise do fundo ontológico da

⁵¹ VIANA, Márcio Túlio. Para entender a terceirização. Fl. 38.

⁵² Idem. Fl. 28.

⁵³ Construção disposta no volume II da obra Para uma Ontologia do Ser Social, sobre a centralidade do trabalho enquanto categoria ontológica do *ser social*.

⁵⁴ Ricardo Antunes, em apêndice à obra Para uma ontologia do ser social, volume II.

modalidade de trabalho terceirizado nas identidades individuais e coletivas dos trabalhadores a ela submetidos.

3.1. A Ontologia do Ser Social de Lukács

A Ontologia de Lukács busca examinar quais são as categorias fundantes do ser social, isto é, daquele ser que não é mais estritamente biológico, pois superou o estágio da animalidade e atua, de forma consciente e planejada, no mundo humanizado. Para tanto, estabelece, em síntese, duas premissas principais para sua análise desse ser social.

Primeiramente, a Ontologia do ser social é definida historicamente. Para Lukács, as categorias do real não podem ser dadas *a priori*, de forma abstrata⁵⁵ e desvinculada do momento histórico a que se referem. A gênese ontológica do ser social está fundada, pois, em um dado recorte do tempo e por este é influenciada. Só pode ser examinada à luz da historicidade e, ainda, da dialética das lutas sociais concretas, historicamente situadas. Não há a possibilidade, portanto, de definição de uma “generidade humana abstratamente universalista”⁵⁶, sob pena de tornar a gênese do ser social uma mistificação ideológica e metafísica. Ao contrário, ela é determinada em cada caso concreto a partir das circunstâncias histórico-sociais, e não a partir de uma abstração. Nesse sentido, tem-se que “a humanidade do homem tem o seu verdadeiro ato de nascimento na história”⁵⁷.

Em segundo lugar, é pressuposto da análise das categorias ontológicas do ser social de Lukács a pretensão de totalidade. Nesse segundo aspecto, busca analisar o complexo dialético formado por todas as forças motrizes que agem no processo de desenvolvimento do ser social. Assim, destaca que é preciso ter em consideração que a realidade é um processo total, em que se conectam e se relacionam reciprocamente todos os mais flexíveis e variados fenômenos. Assim, o ser social que se lança nessa realidade não pode ser apreendido plenamente sem o entendimento de que ele próprio é composto a partir de inúmeros processos dialéticos e reais que compõem, ao fim e a cabo, um processo global. Qualquer estágio do ser social tem caráter complexo, portanto.

Sob esse prisma, ressaltamos que, conquanto reconheçamos que na teorização da Ontologia do Ser Social de Lukács não é possível compreendê-lo de forma adequada

⁵⁵ É nesse sentido que Lukács, no volume II de Para uma ontologia do Ser Social, critica profundamente e busca superar a Ontologia metafísica e epifenomênica de Hegel.

⁵⁶ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 37

⁵⁷ Idem. Fl. 14

a partir do isolamento de alguma de suas categorias ontológicas decisivas, nos focaremos aqui na análise da categoria Trabalho, que, segundo o filósofo, tem papel central no processo ontológico do ser social.

3.2. A centralidade do trabalho e o pôr teleológico

Lukács apresenta o ser social como uma constituição global e complexa, definida em determinado momento histórico, e formada dialeticamente por algumas categorias ontológicas decisivas: o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho. É conferido ao trabalho, contudo, um lugar privilegiado no processo ontológico do ser social.

Todas as demais categorias operam em um ser social já constituído, isto é, já possuem em sua essência um caráter puramente social. O trabalho, ao contrário, tem em sua essência a natureza de transição, ele não opera em um ser social já constituído, mas na própria constituição inicial desse ser a partir de uma forma de ser precedente: o ser biológico.

O trabalho representa, assim, a interrelação entre o ser biológico e o ser social – sobre o qual operam as demais categorias. É a ponte entre os dois. Representa, assim, o meio de gênese de um novo ser, o social, a partir de uma forma de ser precedente e qualitativamente diferente. Essa transição não ocorre de forma linear e gradual, mas a partir do que ficou denominado de “salto da gênese do ser social”. E esse salto, que lança o ser biológico ao ser social, e que origina a sociabilidade, enquanto uma nova forma de ser, somente ocorre por meio do trabalho:

“No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social (...)”⁵⁸

Esse trabalho que opera a transição entre a natureza (animalidade) e o homem (sociabilidade) surge a partir da necessidade de sobrevivência e da capacidade de autoatividade desse novo ser, que, consciente de si e dos objetos ao seu redor, é capaz de mudar a natureza, de forma planejada, para produzir valores de uso que podem ser úteis à sua existência.

Nesse sentido, esse processo de trabalho diferencia-se das “sociedades animais” e do “trabalho” animal exatamente porque esses são definidos biologicamente, sem

⁵⁸ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 44.

possibilidade de desenvolvimento consciente. O homem, ao contrário da abelha⁵⁹, por exemplo, seria capaz de ter em sua consciência seu projeto final – a colmeia – antes de iniciar o processo, moldando-o a seu objetivo e determinando o tipo e o modo do processo de trabalho ao qual subordinará sua vontade para chegar ao objetivo: que é planejado e ideado, e não meramente determinado biologicamente.⁶⁰

Essa característica elementar do trabalho humano, concernente à capacidade de definir projetos aos quais submeterá seu processo de ação, e construir novos objetos a partir de uma ideação prévia, consciente e planejada, foi denominada como *pôr teleológico*. Tal *pôr teleológico* significa o ato de pôr finalidades, de determinar fins às suas ações. É o ato de idear e planejar previamente um fim para seu processo de trabalho, idear o objeto final que pretende que seja concretizado com sua ação.

É mediante esse *pôr teleológico* que a consciência humana passa a ser uma atividade autogovernada e não mais uma mera reprodução biológica,⁶¹ pois é capaz de, sob uma forma autônoma, determinar objetivos para suas atividades, independentemente das determinações naturais. É, assim, um “ir-além da animalidade”⁶².

“(…) qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal *pôr*, que determina o processo em todas as suas etapas. (...) é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da própria base, seu tornar-se autônomo, baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de *pôres teleológicos*”.⁶³

⁵⁹ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 46

⁶⁰ Nesse sentido, Lukács destaca que “Na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista biológico, é um epifenômeno do ser orgânico. Somente no trabalho, no *pôr* do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, como o *pôr teleológico*, a consciência humana ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. O que significa que, na medida em que a realização transforma-se em um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno.” *In*, Para uma ontologia do ser social. Volume II. fl. 63

⁶¹ Lukács ressalva, contudo, que a autonomia do ser social em relação a sua base biológica é sempre relativa. Biológico e social foram uma “insuprimível unidade ontológica”, visto que, conquanto haja ser biológico sem aspectos de sociabilidade, não há ser social que opere sem um corpo, embora esse lado biológico seja dominado e dirigido por aquele. *In*, Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 131

⁶² ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 138

⁶³ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fls. 50 e 51.

Define-se o trabalho, portanto, como o metabolismo de transição entre homem (sociedade) e natureza. Como o elemento mediador⁶⁴ entre a necessidade social de sobrevivência e a realização desta, que ocorre a partir da produção de valores de uso mediante um processo contínuo de definição e planejamento de fins (de pôres teleológicos). É esse tipo de processo, consciente e planejado, que distingue a forma de sobrevivência dos seres biológicos dos seres sociais.

“Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. (...) O fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia.”⁶⁵

Por fim, concluímos que o trabalho, assim definido, pressupõe a existência de um novo ser, o **ser social**. Se o trabalho é, em essência, um processo contínuo de definição de pôres teleológicos, deve haver um sujeito consciente – distinto do ser meramente biológico – que detenha essa capacidade de conceber fins para a realidade, objetificando-a e subordinando-a às suas vontades.

O trabalho pressupõe, assim, a existência de um ser consciente que determina o movimento desse processo. A existência de um pôr teleológico na essência do trabalho demonstra, portanto, a ocorrência prévia do salto ontológico do ser biológico para o ser social, haja vista que tal fim só pode ser concebido por um sujeito não biológico e consciente de si.

Dessa forma, em conclusão quanto a este ponto inicial da teorização de Lukács, temos que a gênese do ser social se dá a partir trabalho – a categoria ontológica central – e este se caracteriza, em essência, como o processo de contínua definição de *pôres teleológicos*⁶⁶, mediante os quais esse sujeito passa a exercer sua sociabilidade e sua sobrevivência planejada diante da natureza, alterando de forma ideada e consciente a realidade material a seu redor.

O trabalho tem, assim, centralidade na ontologia do ser social em virtude do surgimento de pôres teleológicos em seu cerne, os quais os seres biológicos precedentes são incapazes de conceber, pois apenas seguem determinações de seu metabolismo

⁶⁴ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 139

⁶⁵ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 47

⁶⁶ Segundo Lukács, o *pôr teleológico* constitui o elemento principal e finalístico da categoria Trabalho. É partir da definição de um pôr teleológico no processo de trabalho que o sujeito se eleva ao nível de *ser social*, porquanto capaz, a partir da decisão da teleologia de seu próprio trabalho – desse *pôr* uma finalidade à sua ação – de construir de forma autêntica sua própria sociabilidade.

natural, sem qualquer possibilidade de mudança e planejamento prévio de uma finalidade distinta pra suas ações.

3.3. Teleologia e causalidade

Esse conceito de trabalho definido por Lukács, como essencial à transição entre o ser biológico e o ser social, guarda em seu cerne dois elementos importantíssimos: teleologia e causalidade. Para explicitar de que forma teleologia e causalidade coexistem e se interrelacionam dentro do processo de trabalho, Lukács utiliza-se da conceituação de trabalho realizada anteriormente por outros filósofos.

Segundo ele, “Aristóteles distingue, no trabalho, dois componentes: o pensar (*noésis*) e o produzir (*poésis*). Através do primeiro é posto o fim e se buscam os meios para a sua realização, através do segundo o fim posto chega à sua realização.”⁶⁷ Prossegue explicando que “N. Hartmann, por seu turno, divide analiticamente o primeiro componente em dois atos, o pôr do fim e a investigação dos meios (...)”⁶⁸

Há pois, dois atos de trabalho distintos: o pensar e o produzir. Sendo que o primeiro deles, o pensar, se subdivide ainda em outros dois: a determinação de uma finalidade – de um fim posto, de um pôr teleológico – e a investigação dos meios para realizá-la. Determinadas essas duas facetas do primeiro ato de trabalho, o pensar, o homem que trabalha passa então ao ato de produzir.

A partir da distinção entre esses dois atos do trabalho, feitas por tais filósofos, Lukács observa que a realização do primeiro ato de *pensar* – o fim posto (ou, como visto no item anterior, o pôr teleológico) – só *produz* uma transformação na realidade material, criando uma objetividade nova e diferente dos elementos precedentes que estavam dispostos na natureza, mediante o segundo ato de *pensar*: a investigação dos meios.

Sem a investigação dos meios pelos quais é possível concretizar o pôr teleológico, não há qualquer objetividade nova na realidade, o processo de trabalho não consegue transformar a natureza e não tem nenhum projeto final concretizado. Essa nova objetividade, criada pela ação humana quando há a investigação adequada dos meios, é qualitativamente distinta das propriedades naturais dos elementos usados para sua produção. Tem uma natureza diferente, portanto, daquela dos elementos precedentes.

⁶⁷ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 52

⁶⁸ Idem. Fl. 52

“(...) do pôr teleológico surge uma objetividade inteiramente diferente dos elementos. De nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira pode se “deduzir” uma casa. Para que isso aconteça é necessário o poder do pensamento e da vontade humanos que organize material e faticamente tais propriedades em conexões, por princípio, inteiramente novas. (...)”⁶⁹

Para a concretização, assim, do pôr teleológico que produz essa nova objetividade, é imprescindível, como visto, a investigação das causalidades naturais que podem levar ao fim planejado. É preciso investigar, por exemplo, se, das propriedades naturais da pedra, é possível depreender cadeias causais que me levem, de forma eficaz, à produção de uma lâmina, por meio do processo de trabalho que definiu que a produção da referida lâmina seria o pôr teleológico final da minha ação.

Essas duas ações, definir o pôr teleológico e investigar os meios para sua concretização, integram o ato de *pensar* do trabalho – primeiro componente de Aristóteles. Nesse sentido, a causalidade (posta pela natureza) é investigada pelo ser que trabalha para ser utilizada à serviço da teologia (ideações do homem) para a produção dessa nova materialidade planejada, o produto do trabalho – segundo componente de Aristóteles.

As forças operantes e as leis da natureza passam, portanto, a ser compreendidas, apreendidas e usadas de forma subordinada ao pôr teleológico. É preciso certo domínio do meio para alcançar-se o fim, isto é, do conhecimento da natureza para concretizar o pôr teleológico do trabalho. Assim, “O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ele se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado.”⁷⁰

O meio e o fim, a natureza e o trabalho, conduzem, então, a um processo unitário em que se relacionam causalidade e teleologia: o processo do trabalho.⁷¹ Tal dinamismo, nesse complexo dialético formado por causalidade e teleologia, são indicativos do nível de desenvolvimento social em determinado momento histórico, visto que, a partir dele, há um “afastamento das barreiras naturais da sociedade”⁷² e “uma elasticidade cada vez maior nas reações com o ambiente e com suas eventuais

⁶⁹ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 53.

⁷⁰ Idem. Fls. 56 e 57

⁷¹ Idem. Fl. 55

⁷² Idem. Fl. 59

modificações”⁷³. O trabalho, pois, não só representa o salto ontológico do ser social, como visto no item anterior, mas a autonomização cada vez maior desse ser em relação à natureza.

Não se pode deixar de salientar, por fim, que, embora haja o desenvolvimento do domínio dos nexos causais dispostos na natureza, o ser social, cuja essência e origem estamos aqui analisando, permanece subordinado a um aspecto: ao pôr teleológico, que dita o movimento e direção desse processo. E assim o é devido à dupla socialização do pôr teleológico, visto que, por um lado, ele se origina de uma necessidade social e, por outro lado, ele, para satisfazer essa necessidade, opera uma práxis em um ambiente também social.⁷⁴ Essa observação da subordinação do ser social ao pôr teleológico do trabalho – o que pode parecer inicialmente contraditório, visto que, a princípio, quem o determina é o próprio sujeito que trabalha – será relevante posteriormente, quando virmos que essa autonomia na definição do pôr teleológico do trabalho nem sempre ocorre.

Mediante essa análise mais detida do trabalho, em que ilumina a relação entre causalidade (natural) e teleologia (humana) que se dá no processo do trabalho, Lukács dá mais um passo em direção ao aprofundamento da análise desta categoria como fundante da ontologia do ser social, bem como em direção à compreensão da forma pela qual o ser social se constitui como sujeito autônomo e distinto dos objetos que transforma, mediante sua ação planejada diante da natureza.

3.4. A relação sujeito-objeto

Como visto, a criação de novas objetividades pelo ser social, a partir de uma capacidade cognitiva real e autodeterminada – e não mais mera consciência epifenomênica⁷⁵, como nos seres biológicos, que não possuem consciência autônoma de si – é realizada mediante a definição de fins às suas ações. Essa consciência capaz de tal planejamento pressupõe assim um sujeito social que lhe seja dona e que imprima movimento àquele processo de planejamento de fins. Há, assim, um sujeito por trás do processo do trabalho. Por outro lado, tais objetividades, criadas a partir da natureza, e através do processo de trabalho, também adquirem uma materialidade, mas esta é

⁷³ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II.. Fl. 63

⁷⁴ Idem. Fl. 56

⁷⁵ Idem. Fls. 62 a 64

diversa daquela do sujeito que a criou. Há, pois, duas materialidades distintas: a dos sujeitos que trabalham e a dos resultados do trabalho.

Tomadas essas premissas, observa-se que surge, então, uma separação e um distanciamento do ser social, que trabalha, em relação à realidade que lhe é externa – onde se localizam os meios para a concretização de seus pôres teleológicos e onde se localizará o produto final desse processo. Há, pois, duas existências qualitativamente distintas. Sujeito e objeto. Uma subjetividade, autônoma em relação à objetividade transformada e criada por ela. Nesse sentido:

“Já vimos como o pôr teleológico conscientemente realizado provoca um distanciamento no espelhamento da realidade e como, com esse distanciamento, nasce a relação “sujeito-objeto” no sentido próprio do termo.”⁷⁶

Conquanto essa relação entre sujeito e objeto seja analisada, por Lukács, principalmente para explicitar a categoria ontológica da linguagem (e como ela se expressa a partir da descrição do objeto que o sujeito faz, mediante signos linguísticos)⁷⁷ ela é importante para a posterior análise da terceirização sob outra perspectiva. A partir dessa relação entre as duas essências, distanciadas entre si, é possível analisar o processo de emancipação, autonomização e, enfim, humanização do indivíduo enquanto sujeito.

Sob esse prisma, podemos considerar que a conclusão do item anterior – isto é, de que a caracterização do sujeito enquanto ser social autônomo se dá quando ele é capaz de dominar os nexos causais naturais para realizar o pôr teleológico que ele próprio determinou, mediante o processo de trabalho – significa também, em outros termos, que “a independência do espelhamento do mundo externo e interno na consciência humana é um pressuposto indispensável para o nascimento e desenvolvimento ascendente do trabalho”⁷⁸.

É nessa perspectiva que se observa que a relação sujeito-objeto representa a conquista de autenticidade do ser social, que não só transforma a realidade – da qual se distingue – mas se autotransforma, se autonomizando, a partir do processo de trabalho. A satisfação das necessidades mediante a definição e realização de um pôr teleológico confere ao indivíduo a capacidade de conferir um sentido a sua existência e a sua sobrevivência:

⁷⁶ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 84

⁷⁷ A relação sujeito-objeto implicam no “surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem.” *In*, Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 84

⁷⁸ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 87

“Tem-se, portanto, por meio do trabalho, um processo que simultaneamente altera a natureza e transforma o próprio ser que trabalha. A natureza humana é também metamorfoseada a partir do processo laborativo, dada a existência de uma posição teleológica e de uma realização prática. [...] E a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *locus* primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva.”⁷⁹

Assim, o trabalho é dotado de sentido quando “se torna autodeterminado, autônomo e livre.”⁸⁰. O trabalho é, portanto, o primeiro momento de realização em que “o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo”⁸¹, visto que se torna distinto da natureza e dos objetos que produz, a partir da capacidade de definição autêntica de finalidades para suas ações. Se realiza, pois, enquanto sujeito, distinto e autônomo em relação aos objetos de trabalho.

A análise dessa dinâmica entre 1) o processo de trabalho, que é, como visto, composto por ato de *pensar*, com investigação dos meios e definição de pôres teleológicos, e ato de *produzir*; 2) o surgimento da relação sujeito-objeto e 3) a emancipação e humanização dos indivíduos será relevante no item 3.7., acerca do processo de estranhamento do trabalho.

3.5. A complexificação da socialidade e a práxis social interativa

Todas essas relações e características que expusemos até agora se referem, contudo, ao sentido originário e mais restrito de trabalho, que se dá na relação homem-natureza. Embora o trabalho, em seu caráter dialético, não deixe nunca de ser o modelo básico da práxis social que se desenvolve posteriormente a partir daquele sentido originário, em estágios mais desenvolvidos de socialidade, a relação que se dá também entre os próprios seres sociais passa a ter função relevante no modo de operar o trabalho.⁸²

⁷⁹ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fls. 142 e 143.

⁸⁰ Idem. Fl 143

⁸¹ Ricardo Antunes, contudo, ressalva que “Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um complexo absurdo.” visto que “a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a mística, o momento de criação, o tempo de liberdade” também possuem um papel importante nessa construção. In Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 143

⁸² Nesse ponto, Lukács ressalva que, mesmo com o desenvolvimento social e o surgimento de novos níveis, mais complexos de socialidade, é impossível uma ruptura total com o estatuto ontológico fundante, qual seja, o trabalho originário. Mesmo com o surgimento de práxis sociais mais complexificadas, como as ações interativas, a supremacia que assumem em relação aos níveis inferiores

No sentido originário de trabalho, há a definição de pôres teleológicos primários, para intervenções imediatas nos objetos naturais, a partir da ação autônoma de cada sujeito, com vistas à produção de valores de uso úteis a sua própria sobrevivência. Já em níveis sociais mais elevados do trabalho, as posições teleológicas passam a ser secundárias, marcadas por duas novas características: 1) em relação ao modo de definição dos pôres teleológicos e 2) em relação à estrutura mais complexa e articulada desses pôres.

Em primeiro lugar, os seres sociais passam a interagir entre si e há, entre eles, a tentativa de induzir a definição dos pôres teleológicos realizados pelos demais. Emerge daí uma práxis social pautada na ação de homens sobre outros homens. Assim, “o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento (...) é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pôres teleológicos concretos”.⁸³

Surge então uma “práxis social interativa”, marcada pela interrelação entre os seres sociais. Diferentemente do metabolismo originário antes descrito, de caráter “natureza - ser social”, surge então um metabolismo “ser social - ser social”. Nesse sentido:

“(...) nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso. Emerge aqui a práxis social interativa, cujo objetivo é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico. Isso se dá porque o fundamento das posições teleológicas intersubjetivas tem como finalidade a ação entre seres sociais”⁸⁴

Em consequência, percebe-se que as posições teleológicas deixam de ser originárias para serem posições intersubjetivas. Assim, nessa segunda forma, “o fim posto é imediatamente um pôr do fim por outros homens.”⁸⁵. Em outros termos, “a posição teleológica não é mais dada pela relação direta com a natureza, mas atua e interage junto com outros seres sociais, visando a realização de determinadas posições teleológicas.”⁸⁶

Em segundo lugar, percebe-se que as posições teleológicas, além de se tornarem intersubjetivas, tornam-se secundárias.

do ser social nunca gera uma autonomia total em relação à estruturação original, com a qual o vínculo é indissolúvel. Assim, mesmo nos complexos sociais mais superiores, o trabalho permanece sendo o “momento predominante”. Nesse sentido, ver Para uma ontologia do ser social. Volume II. fl. 86

⁸³ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 83

⁸⁴ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 139.

⁸⁵ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 83

⁸⁶ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 139

Quanto a esse aspecto, Lukács destaca que, em níveis sociais mais desenvolvidos, a definição do pôr deixa de ter um caráter de imediatidade, haja vista que, para a concretização do fim último, passa-se a construir uma articulada e complexa cadeia de nexos causais intermediários. Surgem, assim, pôres teleológicos mediatos, intermediários, ao longo da cadeia. Assim, o “fim último da cadeia intermediária” se realiza por “intervenções por parte de outros homens”⁸⁷, que concretizaram anteriormente os pôres mediatos e intermediários dispostos na cadeia.

A complexificação das atividades de trabalho geram então uma nova dialeticidade, que aumenta e fragmenta os níveis de causalidade utilizados para a concretização da teleologia – sendo esta agora definida a partir da interrelação entre seres sociais e não mais individualmente, como antes. Tal complexificação se dá a partir da inserção de séries de mediação entre os seres sociais – que passam a realizar pôres mediatos – e os fins últimos perseguidos. Deixa de haver, necessariamente, relação direta entre o ser social e o fim último, entre o ser social e o pôr teleológico final, visto que agora há mediações entre eles, muitas vezes realizadas por outros seres sociais.

Percebe-se então que as duas novas características representam, em verdade, consequências de uma práxis social mais complexa, na teleologia e na causalidade, respectivamente. Para tanto, destacamos que a teleologia deixa de ser definida unicamente por cada sujeito de trabalho, de forma isolada e primária, e a causalidade ganha uma cadeia de vários níveis e articulações.

Por fim, quanto a este aspecto, ressaltamos que Lukács destaca uma característica essencial para a adequada compreensão da nova práxis social interativa que mencionamos nesse item: a relação entre linguagem e poderes sociais.

Se a complexificação dos níveis de socialidade impõem interrelações entre os seres sociais, que buscam se convencer mutuamente e se influenciar – mormente no que tange à definição de seus pôres teleológicos – essa interação somente pode ocorrer mediante o pensamento conceitual e a linguagem.⁸⁸ A execução dos processos de trabalho pressupõe então que a palavra e o conceito integrem o complexo do ser social, visto que a interação entre os seres se dará mediante sua utilização.⁸⁹ Há, pois, uma

⁸⁷ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 84

⁸⁸ Esses elementos, como visto no item anterior, são categorias ontológicas que igualmente integram o ser social, desde o surgimento da relação sujeito-objeto, visto que o objeto é apreendido e descrito pelo sujeito, mediante signos linguísticos que representam sentido. Isto é, se dá a partir exatamente do pensamento conceitual e da linguagem.

⁸⁹ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 140

“influência contínua do trabalho sobre a linguagem e o pensamento conceitual, e vice-versa.”⁹⁰.

Mas, para além disso, Lukács destaca que tais interações entre os seres sociais, mediante a linguagem, não se dão de forma aleatória e acidental. O trabalho, como qualquer outra categoria ontológica, deve ser analisado a partir de uma crítica que considere a totalidade dos fenômenos a seu redor. Deve considerar, assim, os conjuntos diferenciados da sociedade, que exercem cada um diferentes influências nas alternativas que o comportamento humano dispõe frente a eles. Há, pois, grupos distintos, com poderes sociais distintos, que travam lutas em torno de concepções ontológicas também distintas.⁹¹

“Por isso, a crítica ontológica deve orientar-se pelo conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classes – e pelas inter-relações dos tipos de comportamentos que daí derivam.”⁹²

Em outros termos:

“(…) todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade, não importando se o componente dominante é a vida cotidiana, a fé religiosa, etc. Essas representações cumprem um papel muito influente na práxis social dos homens e com frequência se condensam em um poder social”⁹³

Sob esse prisma, percebe-se que a definição intersubjetiva dos pôres teleológicos são não só influenciadas por meros seres sociais tomados individualmente, mas por seres sociais inseridos em relações sociais de poder. Assim, os pôres teleológicos secundários refletem não mais a autenticidade e autonomia dos seres sociais, considerados de forma individual, visto que “pôres teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviços de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos”⁹⁴

O referido aspecto se mostrará essencial para a compreensão da análise subsequente, acerca da dinâmica da contínua reprodução social que culminará, na análise de Lukács acerca da ontologia do ser social, no desenvolvimento do que denominou de processo de estranhamento.

⁹⁰ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 140.

⁹¹ Idem. Fl. 95

⁹² Idem. Fl. 98

⁹³ Idem. Fl. 95

⁹⁴ Idem. Fl. 180

3.6. Reprodução social e reificação do trabalhador: o início do estranhamento

Para examinar, por fim, de que forma a socialidade chega aos níveis de estranhamento – em que o trabalho não é mais dotado de autenticidade e passa a ser estranhado em relação ao sujeito que o exerce – é preciso prosseguir na análise do desenvolvimento da reprodução social.

Os atos de trabalho, fundantes de toda a ontologia do ser social, “apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos”⁹⁵, marcando e influenciando todo um processo de desenvolvimento contínuo do ser social e da própria reprodução da socialidade, que se dão cada vez em níveis mais complexos.

Como vimos no item anterior, o sentido originário de trabalho se refere tão somente à relação do homem com a natureza, a partir da definição autônoma de pôres teleológicos, que direcionarão a transformação daquela por meio da ação do sujeito. Em um nível superior de socialidade, contudo, já surge a práxis social interativa, em que os seres sociais se relacionam entre si, influenciando-se mutuamente na definição de pôres teleológicos, de forma intersubjetiva e não mais totalmente autônoma, em meio às forças e poderes sociais vigentes.

Tais elevações dos níveis de reprodução social, contudo, não cessam por aí.

Essa capacidade permanente de mudança em direção a uma reprodução social mais complexa decorre de uma característica peculiar do trabalho: a de possibilitar que o ser social produza mais que o necessário à simples reprodução de sua própria vida. Nesse sentido:

“O fundamento ontológico dessas mudanças, com a sua tendência muitas vezes desigual, mas, no todo, progressiva, consiste em que o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (*dýnamis*) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo do trabalho.”⁹⁶

Essa “capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa”⁹⁷ gera dois avanços de complexidade social em relação ao nível anterior, do início da práxis social interativa, quais sejam: 1) o valor de troca e 2) a divisão do trabalho.

⁹⁵ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 95. Fl. 159

⁹⁶ Idem. Fl. 160

⁹⁷ Idem. Fl. 160

Com efeito, se o trabalho é capaz de gerar além do suficiente para a autossustentação do ser social que o executa, há uma tendência para que “a economia fundada sobre a autossustentação imediata seja inserida na troca de mercadorias e para que esta se transforme cada vez mais na forma dominante de reprodução social”.⁹⁸

Com a dinâmica própria do intercâmbio de mercadorias que surge a partir desse excedente, percebe-se que o produto do trabalho deixa de ter mero “valor de uso”, em referência estritamente às necessidades imediatas do sujeito que trabalha, como nos referimos no sentido originário de trabalho. O produto do trabalho passa a ter então, nesse estágio social mais avançado, um “valor de troca”, em referência às suas possibilidades de intercâmbio no mercado.

Assim, o resultado do trabalho deixa de ter valor apenas para o sujeito que o utiliza para sua sobrevivência, para ter valor para outros sujeitos, externos ao processo de trabalho. O valor de uso daquele resultado de trabalho não deixa de existir, mas surge uma nova espécie de valoração, qualitativamente distinta da primeira: o valor de troca. O valor de troca é, portanto, o fundamento número 1) desse novo nível de socialidade, em que a reprodução social passa a se dar mediante relações de intercâmbio dos produtos do trabalho.

“A conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da socialidade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural.”⁹⁹

O desenvolvimento dessas relações de troca entre produtos de trabalho está no cerne das relações mercantis. Estas, por sua vez, nos levam ao fundamento número 2) dessa nova forma de reprodução social: a divisão do trabalho.

“A relação mercantil pressupõe uma divisão do trabalho relativamente evoluída: o fato da troca (...) já significa, por um lado, que são produzidos determinados valores de uso para além da necessidade imediata de seus produtores e, por outro lado, que estes têm necessidade de produtos que eles mesmos não são capazes de produzir com o próprio trabalho”¹⁰⁰

Tal divisão do trabalho implica na especialização dos sujeitos em certos processos de trabalho específicos, para que “cada um possa suprir-se (reproduzir-se) sem ter fabricado pessoalmente todos esses produtos.”¹⁰¹. Nesse sentido, embora Lukács

⁹⁸ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 95. Fl. 165

⁹⁹ Idem. Fl. 165

¹⁰⁰ Idem. Fl. 165

¹⁰¹ Idem. Fl. 164

reconheça a existência de formas de divisão do trabalho desde níveis de socialidade bem iniciais, ele destaca que a autêntica divisão do trabalho, enquanto elemento fundamental para a lógica de reprodução social, apenas surge com a manufatura capitalista e o uso de máquinas.¹⁰²

Mas, no que esses dois elementos, valor de troca e divisão do trabalho, influenciam nossa compreensão acerca do surgimento do trabalho estranhado (e, posteriormente, sua relação com a terceirização)?

O desdobramento entre a troca de mercadorias e a divisão do trabalho erige o “valor (de troca) como regulador de cada uma das atividades econômicas”.¹⁰³ Essa importância que o intercâmbio de mercadorias e o valor de troca adquirem na reprodução social eleva a importância do tempo de trabalho despendido pelo ser social na produção de cada um desses valores de troca.

Se antes, com apenas os valores de uso, a importância do tempo despendido pelo sujeito em sua produção era meramente secundária, a partir do momento em que o resultado do trabalho passa a ter valoração para um terceiro, esta certamente será influenciada pelo tempo despendido por aquele em sua produção. Assim, o “tempo de trabalho socialmente necessário”¹⁰⁴ passa a ter relevância no intercâmbio de mercadorias e, por consequência, em toda a reprodução social.

Essa importância que surge para o tempo despendido pelo sujeito no processo de trabalho, como fundamental na definição do valor de troca, representa o pontapé inicial para que a força de trabalho, em si, tenha um valor e seja, portanto, mercantilizável:

“Quanto mais universal a disseminação do valor de troca, tanto mais clara e nitidamente o tempo de trabalho socialmente necessário ocupa o lugar central enquanto fundamento econômico de sua respectiva magnitude. Através do tempo de trabalho socialmente necessário, sobretudo o tempo de trabalho individual, exigido para a confecção de um produto, adquire uma determinidade que vai além da que lhe é dada pela natureza. Nos primeiríssimos estágios iniciais do trabalho, em geral, o mais importante era o surgimento do produto, enquanto o tempo de produção desempenhava um papel apenas secundário. (...) Só num determinado grau do processo de produção e intercâmbio surgirá como categoria social própria o tempo de trabalho socialmente necessário. (...) Por essa razão, o tempo de trabalho socialmente necessário pode converter-se em base de troca de mercadorias que gradativamente vai se desenvolvendo, assim como do valor de troca e até de todo o comércio econômico-social.”¹⁰⁵

¹⁰² LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 164

¹⁰³ Idem. Fl. 166

¹⁰⁴ Idem. Fl. 167

¹⁰⁵ Idem. Fls. 166 e 167

Essa relevância que ganha o tempo do trabalho, a partir do desenvolvimento do valor de troca do produto do trabalho, bem como da divisão do trabalho, torna então o próprio tempo do sujeito um valor de troca.

Assim, inicialmente vimos que o resultado do processo de trabalho do ser social em níveis iniciais de socialidade tem valor de uso para satisfação de suas necessidades e é produto de um pôr teleológico apenas por ele definido, em exercício de sua autenticidade. Em níveis sociais mais complexos, vimos que os pôres teleológicos passam a ser definidos de forma intersubjetiva, com a influência de vontades alheias ao ser social que trabalha, e que o resultado de seu trabalho pode servir não só mais à sua própria necessidade, mas também a necessidades alheias. Nesse nível, o produto do trabalho passa a ter também um valor de troca. Em ambas situações, contudo, valoramos apenas o produto do processo de trabalho.

Vemos agora, contudo, que a reprodução social continua a se desenvolver para dar valor ao próprio processo do trabalho. O sujeito que trabalha, ao ter o tempo que dispense nesse processo valorado em termos econômicos, passa a ter, em verdade, sua própria ação valorada. Se o tempo de trabalho necessário à concretização do produto traz em si um valor, que se refletirá no produto, então é sua ação despendida nesse tempo que tem um valor de mercado. Sua força de trabalho passa a ser, pois, uma mercadoria – quantificável e valorável através do tempo – e não mais somente os produtos que ela realiza.

Mas não é só.

Com o desenrolar das relações mercantis e com o surgimento do capitalismo, que procedeu à apropriação dos meios de produção, a força de trabalho passou a ser mercadoria em níveis sistemáticos e universais de produção. Quem dita o produto não é, nesse complexo socioeconômico, o ser social que trabalha, mas o dono das forças produtivas – e que as põe em movimento comprando a força laborativa daquele que não as possui.

Assim, tal como nos níveis de socialidade anteriores, a mudança da valoração do produto do trabalho (e, agora, do processo do trabalho), implicou igualmente em mudança na definição dos pôres teleológicos. O ser social passa a deixar de ter autonomia em relação à sua definição. Quem dita a finalidade do processo de trabalho – agora valorado e vendido – é o dono das forças produtivas. Não há mais uma mera influência de poderes sociais na definição dos pôres teleológicos de cada ser social, mas a verdadeira concentração da decisão final dos pôres nas mãos de quem pode.

Nesse nível de socialidade estritamente capitalista, a grande maioria dos seres sociais foi retirada da posição de definidor dos pôres teleológicos – característica que o definia enquanto próprio ser social, humanizado e distinto da natureza, que lhe servia de objeto para o trabalho. Assim, Lukács conclui que “Essa universalidade social do tempo de trabalho socialmente necessário enquanto regulador de toda produção econômico-social aparece no capitalismo de uma forma fetichizada-reificada (...)”.¹⁰⁶

Assim, em síntese, a transformação do tempo de trabalho em um valor de troca, mercantilizável, tornou a própria força de trabalho um valor de troca e retirou do indivíduo a capacidade de definir o pôr teleológico do trabalho, visto que essa passou para as mãos daquele que compra a força de trabalho. Houve, assim, a reificação do ser social, a partir da retirada daquilo que o definia enquanto sujeito autêntico e distinto do ser biológico animalizado: o pôr teleológico de suas próprias ações.

As consequências de tal dinâmica no surgimento de um trabalho reificado, “estranhado” e inautêntico, e, por consequência, e de forma paradoxal, na desumanização dos seres sociais foram examinadas e denominadas por Lukács sob a denominação do fenômeno “estranhamento.”.

3.7. O estranhamento

Segundo Lukács, o desenvolvimento das forças produtivas tal qual visto no item anterior gera um “antagonismo dialético que se exterioriza como estranhamento”¹⁰⁷. Mas que antagonismo seria esse? Segundo o filósofo, o processo do trabalho em tais níveis de socialidade guarda em seu cerne 1) a possibilidade de desenvolvimento das capacidades humanas, no que concerne ao *modus operandi* do processo; e também, de forma contraditória, a possibilidade 2) de obstaculizar o desenvolvimento da personalidade humana, visto que tal processo lhe sacrifica a autonomia.

Nesse sentido, destaca que, se por um lado, o ser social se especializa na realização de determinado produto de trabalho, seja ele intermediário ou não – em virtude da complexificação das cadeias de trabalho vistas no item 3.5 – por outro lado ele se subordina a uma rotina produtiva cujo fim, isto é, cuja cadeia de pôres teleológicos, lhe foi tomado.

Surge então um estranhamento do ser social em relação ao processo de trabalho que ele executa. Este processo deixa de ser um momento de exercício de autenticidade,

¹⁰⁶ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 168

¹⁰⁷ Idem. Fl. 580

de manifestação de sua subjetividade. Deixa de ser um momento de definição autônoma do pôr teleológico – o que lhe diferenciava dos animais e o que lhe fazia, em outros termos, um sujeito. Basta termos em conta, por exemplo, a diferença do exercício de subjetividade e de personalidade projetadas no trabalho de um artesão do século XVIII ao produzir uma cadeira e o de um operário que produz, no século XX, igualmente uma cadeira.

É nesse aspecto que se encontra o aspecto fetichizador e reificador do trabalho que alcança tal nível de reprodução social.

Embora Lukács reconheça que o estranhamento já esteja presente em estágios muito antigos de socialidade, com, por exemplo, sistemas de escravidão¹⁰⁸ em épocas bem remotas, o filósofo reconhece que o fenômeno só adquiriu generalidade com o modo de reprodução social ditado pelo capitalismo.¹⁰⁹

“O que interessa, neste ponto, é o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta de imediato um incremento na formação das capacidades humanas, que, no entanto, abriga em si simultaneamente a possibilidade de sacrificar os indivíduos (e até classes inteiras) nesse processo.”¹¹⁰

Assim,

“(…) o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o estranhamento vem concretamente à luz do dia –, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar, etc. a personalidade humana. (Basta pensar em muitos dos integrantes de equipes especializadas da atualidade, nos quais as habilidades específicas cultivadas de modo sofisticado têm um efeito altamente destrutivo sobre sua personalidade.” *(György Lukács. Para uma ontologia do ser social. Volume II. fl. 581)*

Ressaltamos, contudo, que mesmo a primeira faceta, aparentemente boa do antagonismo descrito por Lukács, acerca do desenvolvimento das capacidades humanas mediante o trabalho, possui uma limitação muito relevante quando o trabalho se encontra em sua modalidade estranhada

A partir do modelo de produção taylorista, e também em seguida, com o fordismo, o processo de trabalho foi submetido a um modo de produção fragmentado,

¹⁰⁸ “Em certo sentido, poderíamos dizer que toda a história da humanidade a partir de certa altura da divisão do trabalho (provavelmente já daquela praticada na escravidão) já é também a história do estranhamento humano.” *In Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 586*

¹⁰⁹ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 582

¹¹⁰ Idem. Fl. 580

em que cada sujeito desenvolve apenas parcelas do processo total. Não há o domínio, por nenhum deles, do conhecimento do processo como um todo.¹¹¹ Cada trabalhador desenvolve tão somente partes do processo. Ou, nos termos usado na Ontologia do Ser Social de Lukács: cada trabalhador realiza apenas um pôr teleológico mediato – definido pelo sujeito que detém os meios produtivos, o empregador –, que são encadeados uns aos outros, em uma cadeia causal cada vez mais complexa, para a concretização de um pôr teleológico final, igualmente definido por aquele.

Nesse sentido, a capacidade que é desenvolvida mediante o processo de trabalho estranhado é parcial e fragmentada, incapaz de gerar no indivíduo o conhecimento necessário para a produção, sozinho, do resultado final. Assim, a partir da análise de Lukács, percebemos que tal nível de desenvolvimento das forças produtivas gerou um estranhamento não só em relação ao pôr teleológico, isto é, em relação à direção e a finalidade do processo do trabalho, mas igualmente em relação ao próprio resultado do trabalho. A produção, a objetividade produzida nesse processo, não lhe é mais sua – ele sequer sabe produzi-la sozinho.

O ser social é então um mero detentor de seu tempo de trabalho, que é mercantilizado e usado para a realização de pôres teleológicos alheios, cujo resultado igualmente é alheio. O trabalho, assim, longe de perder sua centralidade na Ontologia do Ser Social, agora continua a determinar sua subjetividade. No entanto, agora ela é estranhada. Estranhada em relação a sua posição de sujeito autônomo. Estranhada em relação a suas próprias ações. Sob esse prisma, Ricardo Antunes considera que o metabolismo social que o capital cria, na forma de estranhamento, cria uma “subjetividade que então encontra-se estranhada em relação ao *que se produz e para quem se produz*”¹¹².

Assim, essas características do novo estágio de reprodução social, que agora assume caráter institucional¹¹³ e sistemático, compõem todo um novo complexo social no qual se insere o ser social. Dessa forma, ao mesmo tempo que o ser social, a partir de novas formas de processo de trabalho, alça o desenvolvimento da reprodução social a novos níveis, mais complexos, esta, em contrapartida, regressivamente o transforma, em um movimento recíproco e dialético.

¹¹¹ Segundo Grijalbo Coutinho, desde a grande indústria da era fordista-taylorista, já havia a “alienação do trabalhador em relação ao processo por ele executado dentro da cadeia produtiva” *In* Terceirização: Máquina de moer gente trabalhadora. Fl. 51

¹¹² ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 130

¹¹³ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 163

O trabalho não perde sua função ontológica, portanto, visto que continua a influenciar a ontologia do ser social – embora agora em um sentido não mais de humanização, mas de estranhamento.

Concluimos, então, que o nível de reprodução social sistematizado com o capitalismo faz com que a existência do sujeito, mediante o exercício de um trabalho estranhado, seja inautêntica e não autodeterminada, o que mostra e confirma que o trabalho, na construção dessa existência, continua a ter uma centralidade. Essa existência estranhada, tal qual descrita aqui, o é exatamente em decorrência da práxis ditada pelo trabalho.

3.8. Mas o que a terceirização tem a ver com isso?

À luz da primeira premissa da Ontologia do Ser Social de Lukács, vista no item 3.1., a historicidade, é importante inicialmente frisar que o estranhamento, por óbvio, não podia deixar de ser “um fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em certos picos do desenvolvimento em curso, assumindo a partir daí formas historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes.”¹¹⁴

Nesse sentido, Ricardo Antunes destaca que, a partir do modelo de produção toyotista, o estranhamento se intensificou. Em relação aos trabalhadores “centrais”, aqueles que permaneceram com seus vínculos empregatícios clássicos,¹¹⁵ o estranhamento se travestiu de “proatividade”. Aparentemente dando mais autonomia aos indivíduos, que devem agir de forma proativa e criativa em benefício do “espírito da empresa”, “vestindo a camisa”. Observa-se que, na verdade, essa necessidade de um novo comportamento ativo incorpora a necessidade do capital. Há, assim, um domínio do trabalhador, dentro e fora do trabalho, o que torna sua subjetividade estranhada até mesmo durante o tempo que lhe seria livre para exercer sua autenticidade, como naquele que seria dedicado ao lazer, à família, etc. Assim:

“Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as *personificações do trabalho* devem se converter ainda mais em *personificações do capital*. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões” (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios”.¹¹⁶

¹¹⁴ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 577

¹¹⁵ DUTRA, Renata Queiroz; e RAMOS, Gabriel de Oliveira. Tendências desmobilizadoras oriundas da terceirização e da precarização trabalhista. In cap. 22 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania – A dimensão Coletiva dos Direitos Sociais dos Trabalhadores. Fl. 355.

¹¹⁶ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fl. 130

De outro lado, em relação aos trabalhadores periféricos – dentre eles os terceirizados –, Ricardo Antunes conclui que o estranhamento se dá de forma ainda mais intensa, visto que naturalmente já submetidos a condições precárias de trabalho e, portanto, mais vulneráveis à intensificação do processo de estranhamento e de apropriação da subjetividade. Dessa forma:

“Se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais “estável” e inserida na força de trabalho que exerce o trabalho intelectual abstrato, o quadro é ainda mais intenso nos estados precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em situação instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário etc. (...) Expandem-se, desse modo, as formas de alienação dos que se encontram à margem do processo de trabalho.”¹¹⁷

Sob esse prisma, consoante os objetivos do presente trabalho, e adotando como premissa a teorização da Ontologia do ser social de Lukács, examinaremos, mais especificamente, de que forma os empregados terceirizados estão submetidos a um processo de aprofundamento do fenômeno do estranhamento e, por fim, de que forma esse aprofundamento reflete na construção de sua própria subjetividade, dificultando reações coletivas dos terceirizados ao estranhamento.

3.9. Terceirização: o aprofundamento do estranhamento

A terceirização, como visto no capítulo 1, em síntese, se caracteriza pela inserção de uma empresa interposta na relação entre o trabalhador e a empresa que se beneficia de seus serviços – aquela que, na estruturação produtiva anterior, era empregadora direta. Seja na terceirização externa, seja na interna.¹¹⁸

A partir dessa nova configuração produtiva, podemos perceber a intensificação do fenômeno aqui já descrito. Na relação de emprego assalariada, pedra de torque do capitalismo, observamos uma apropriação da definição do pôr teleológico, essencial ao desatar do movimento do processo de trabalho. O ser social que vende sua força de trabalho deixa de ter o poder de definir a finalidade e o resultado final do processo de trabalho que executa. A característica central do estranhamento nessa forma produtiva é, então, a concentração da definição do pôr teleológico no empregador, aquele que detém

¹¹⁷ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fls. 132 e 133

¹¹⁸ A terceirização externa é também denominada de terceirização de atividades, enquanto a terceirização interna é também denominada de terceirização de serviços. *In* Terceirização: paradoxo do Direito do Trabalho contemporâneo, de Gabriela Neves Delgado

a propriedade dos modos de produção. Inúmeros seres sociais são desprovidos, assim, da sua capacidade humanizadora de definir a teleologia de sua própria ação. Passam, pois, a ser meros objetos da causalidade que é organizada pelo empregador em direção ao fim que ele próprio, e somente ele, determina.

Se nos atentarmos para a relação mencionada no item 3.4., - a relação sujeito-objeto – percebe-se que uma gama significativa de seres sociais, os trabalhadores, passaram então a compor o grupo de instrumentos que o sujeito empregador dispõe para por em movimento as forças produtivas (ao lado da tecnologia, do capital, da matéria-prima, etc).. Integram, assim, o pólo do objeto na relação cujo sujeito é o empregador. É exatamente nesse aspecto que se evidencia a natureza fetichicista e reificadora do trabalho estranhado.

Na terceirização, contudo, não temos mais essa mera relação bilateral. Temos uma relação trilateral, em que o sujeito que define o pôr teleológico do processo de trabalho não é mais o empregador direto do trabalhador. Este, o prestador de serviços, apenas executa a teleologia definida por aquele, tomador de serviços. O tomador de serviços é então o sujeito que define o pôr teleológico e repassa as direções para sua consecução a uma empresa interposta, agora empregadora. Há, pois, uma intermediação na teleologia do processo de trabalho executado, realizada pela prestadora de serviços.

Temos então o seguinte desenho: tomadora de serviços, que define o pôr teleológico do processo de trabalho realizado por todos os trabalhadores; trabalhadores, que, em uma posição estranhada, apenas executam o pôr teleológico definido por aqueles; e prestadora de serviços, que intermedia a relação entre ambos, repassando as direções e finalidades do processo de trabalho definida pela tomadora de serviços aos trabalhadores.

Os trabalhadores, portanto, se distanciam mais ainda da fonte do pôr teleológico, da fonte que decide a direção e a finalidade que sua ação deve tomar. Não se relacionam mais diretamente com quem detém a última palavra da teleologia de seu trabalho, pois entre eles está a prestadora de serviços. Assim, “não há uma vinculação espaço-temporal com o empregador ou com o tomador final dos serviços, que muitas vezes é um sujeito desconhecido”¹¹⁹

¹¹⁹ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. In Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 221

O único objetivo da prestadora de serviços, nessa arquitetura produtiva, é fornecer essa mão-de-obra – estranhada dos fins e definições autênticas de seu trabalho – para a tomadora de serviços, para que esta ponha as forças produtivas que possui em movimento, de acordo com sua vontade. Os trabalhadores, ou a mera “mão-de-obra”, é só mais um dos elementos, mais um dos fatores de produção mercantilizáveis.

Essa mão-de-obra, uma vez “comprada”, é apenas dirigida pela prestadora de serviço, que não define verdadeiramente o pôr teleológico que o trabalho daquela deve seguir. Quem dita este continua a ser a tomadora de serviços ou, nos termos anteriores a esse modelo, o verdadeiro empregador, aquele que detém as forças produtivas e o capital.¹²⁰

Assim, se o estranhamento provinha anteriormente da fetichização e da reificação geradas pela apropriação do pôr teleológico pelo empregador, pode-se observar que na terceirização há uma dupla fetichização, uma dupla reificação. E, portanto, um aprofundamento do estranhamento. Isto porque a própria prestadora de serviços está em posição estranhada em relação à capacidade de definição do pôr teleológico. Ela é mera intermediadora, que não detém capital nem força produtiva, tampouco a possibilidade de determinar a direção teleológica do processo de trabalho, mas apenas a capacidade de “fornecer” trabalhadores igualmente estranhados.

Há, assim, dois processos de “venda” do “objeto” que se tornou o trabalhador. Primeiramente, a força de trabalho que o trabalhador vende para a prestadora de serviços e, em seguida, a “revenda” que esta faz para a tomadora de serviços – mediante um contrato de prestação de serviços.

O ser social, então, nunca esteve tão distante do pôr teleológico do trabalho que executa, nunca esteve em posição tão estranhada e desumanizada em relação à capacidade de definição dos fins de suas próprias ações. Embora essa condição se dê tanto nas terceirizações de serviços – limpeza, segurança, garçons, etc. – como naquelas de atividades, Ricardo Antunes, no que toca especificamente ao trabalho precarizado nas fábricas, destaca que:

¹²⁰ Ainda que a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho se posicione no sentido de que o empregado terceirizado deve estar subordinado efetivamente à prestadora de serviços, e não à tomadora, não é possível concluir que o pôr teleológico do processo de trabalho seja realmente definido pela prestadora, visto que ela apenas fornece a força de trabalho necessária aos interesses da tomadora.

“Com a aparência de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microcósmico, dado pela fábrica moderna, ainda mais profunda e interiorizada a condição de estranhamento presente da subjetividade operária. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é diretamente mais desumanizadora e brutalizada em suas formas de vigência.”¹²¹

Outrossim, além dessa precarização promovida pelo aprofundamento do estranhamento que decorre da terceirização em virtude do afastamento do pôr teleológico, é relevante ainda um segundo aspecto dessa estratégia empresarial: a rotatividade.

A maioria dos contratos de prestação de serviços perduram por tempo muito exíguos, sendo logo substituídos por outros.¹²² A capacidade da tomadora de serviços em manter sua atividade produtiva, a despeito da rotatividade das prestadoras de serviços, confirma, desde logo, o primeiro causador do aprofundamento do estranhamento aqui já visto: o fato de que é ela quem define o pôr teleológico do processo de trabalho, não as prestadoras, tampouco os trabalhadores. Ambos em posições estranhadas.

Mas a rotatividade propicia também um aprofundamento do estranhamento sob outra ótica, a do pertencimento e da afirmação identitária.

Se tivermos em conta que o trabalho é “principal fonte de integração e reconhecimento”¹²³ e “fonte central de afirmação identitária pelos sujeitos trabalhadores”¹²⁴, pode-se afirmar que uma modalidade de trabalho extremamente instável mina o pertencimento necessário à construção de uma identidade projetada a partir do trabalho.

“Nesse caso, os laços estabelecidos a partir do trabalho são frouxos demais para vinculação subjetiva do obreiro, no sentido de vivenciar ali uma metanarrativa para sua vida e as condições materiais e de reconhecimento simbólico oferecidas por aquele trabalho são insuficientes à afirmação identitária.”¹²⁵

É exatamente nesse sentido que se evidencia o segundo aspecto do aprofundamento do estranhamento: a fonte de formação identitária dos trabalhadores

¹²¹ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Fls. 133 e 134

¹²² DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Os limites constitucionais da terceirização. Fl. 106

¹²³ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. In Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 214

¹²⁴ Idem. Fl. 214

¹²⁵ Idem. Fl. 220

terceirizados se torna mais fluida e, portanto, mais propícia à contínua precarização. Em outros termos, a terceirização cria uma modalidade de trabalho rarefeita.¹²⁶ Não há aqui, portanto, uma perda da centralidade do trabalho, um vazio ontológico deixado por ele. Pelo contrário, há uma reutilização do potencial do trabalho enquanto fonte de reconhecimento e sociabilidade dos trabalhadores para remodelar subjetividades que se encontram estranhadas em relação à cadeia produtiva em que se inserem. Nesse sentido,

“A avaliação de Cristophe Dejours, psiquiatra e psicanalista, a respeito da relevância do trabalho na afirmação de identidade, mesmo no atual contexto de crise e reestruturação do mundo do trabalho, também merece ser reportada. Para o autor, na atual conjuntura crítica, o trabalho não diminui: muda de lugar, se concentra em indivíduos, se intensifica com relação aos poucos que trabalham. E dispara: “O trabalho continua sendo o único mediador da realização do ego no campo social, e não se vê atualmente candidato capaz de substituí-lo. No entanto, reconhece que a reformulação das relações sociais, com a atribuição de uma condição precária ao trabalho, o coloca como fonte de sofrimento, numa deturpação de afirmação identitária, da qual ele continua a ser principal mediador.”¹²⁷

Conclui-se, portanto, que a terceirização, enquanto nova modalidade de reprodução social, historicamente situada em um contexto de readaptação do capital às novas necessidades globais, produz um aprofundamento do estranhamento do trabalhador, seja 1) sob a ótica estritamente filosófica, na esteira das premissas trazidas por Lukács, em que se evidencia o crescente afastamento do pôr teleológico do trabalho da esfera de autonomia e autenticidade do ser social, mediante a inserção de uma (ou até mais) empresa igualmente estranhada na relação entre empregado e beneficiário da força de trabalho; seja 2) sob a ótica sociológica e da psicologia do trabalho¹²⁸, no que concerne aos processos de pulverização do reconhecimento e do pertencimento do ser social através do trabalho, o que dificulta seu processo de afirmação identitária.

¹²⁶ “Diante do fato da terceirização, o modelo de emprego rarefeito se configura pelo natural esvaziamento daqueles elementos protetivos da integração e da continuidade, que compreendem a noção constitucional da relação de emprego (...)” *In* Os limites constitucionais da terceirização. Fl. 112

¹²⁷ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. *In* Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 215.

¹²⁸ Nesse sentido, foram essenciais às conclusões desse capítulo, além da formulação da Ontologia do Ser Social de Lukács, as análises despendidas por Giovanni Alves, Ricardo Antunes e, por fim, Cristopher Dejours.

4. Capítulo III - Em busca de um “controle civilizatório da terceirização” – perspectivas para um fortalecimento do movimento sindical dos empregados terceirizados

4.1. Movimento sindical: instrumento de reação coletiva ao estranhamento

Como visto, o estranhamento é um fenômeno que se manifesta na práxis social, como produto da estrutura econômica e do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, “o estranhamento jamais deve ser considerado um fenômeno autônomo”, visto que é “socioeconomicamente determinado”¹²⁹.

Sob esse prisma, a reação a esse fenômeno deve se manifestar igualmente na práxis social, através da atividade social de seres sociais conscientes de sua existência estranhada. Essa atividade social de reação coletiva pressupõe indivíduos que, espontaneamente, em determinado momento do desenvolvimento social, passem a externalizar atos de sublevações individuais contra o sistema que os desumaniza e os estranha do processo e do produto de seu próprio trabalho.

Assim, ainda que inicialmente haja que surgir uma sublevação pessoal em relação à própria existência estranhada, “a pessoa que, mediante decisões individuais, quiser romper o seu próprio estranhamento precisa, a fim de conseguir realizar subjetivamente essa ruptura, possuir uma perspectiva, em última análise, (...) de cunho social”¹³⁰

Esse fenômeno igualmente social de reação individual e, posteriormente, coletiva ao estranhamento passou a se dar desde os primeiros modos de produção fabris, em que já se observava um movimento de resistência do proletariado. Em relação a essa época:

“(...) o modo de trabalhar no sistema econômico do capitalismo do seu tempo estranhava o trabalhador dos produtos do seu próprio trabalho, transformando-os num meio de coerção e degradando, desumanizando o homem a ponto de sentir-se “livre e ativo” somente em suas “funções animais”. Era óbvio que os trabalhadores com o tempo necessariamente se sublevassem contra isso. E em virtude da massividade dessa condição era igualmente óbvio que a sublevação assumisse formas não simplesmente coletivas de modo geral, mas também formas cada vez mais desenvolvidas, cada vez mais aperfeiçoadas, tanto no aspecto organizativo, como no aspecto ideológico (...)”¹³¹

A unificação e organização de tais reações/sublevações singulares podem ocorrer, segundo Lukács, sob um viés econômico e sob um viés político. No primeiro, formam-

¹²⁹ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. fl. 756

¹³⁰ Idem. Fl. 767

¹³¹ Idem. Fl. 755

se sindicatos, no segundo, partidos políticos.¹³² Há, portanto, uma diferença primordial entre eles. Por um lado, os sindicatos se limitam, segundo ele, a uma atuação eminentemente restrita ao sistema econômico vigente, isto é, a tentativas de reações que limitem o estranhamento por ele produzido, mas que não buscam, de fato, abolir o sistema capitalista. Ao contrário, trabalham dentro dele, buscando limitá-lo, contê-lo. Para tanto, atuam em um espaço institucional que se localiza dentro do sistema vigente. É, pois, uma força econômica que acabou sendo reconhecida como legítima nos sistemas jurídicos em geral, ainda que se mantivessem capitalistas.¹³³ A atuação política mediante partidos, a seu turno, possui em seu cerne a capacidade de alçar objetivos ideologicamente mais ousados, visando uma “transformação mais profunda da realidade”, que transcenda o plano meramente institucional e alce caminhos mais revolucionários, de banimento da estrutura que origina, naquele determinado momento histórico, aquela modalidade específica de estranhamento.¹³⁴

De qualquer forma, as duas formas de reação, seja “com o propósito de destruir as bases econômicas do estranhamento”, seja “com o objetivo parcial (...) de minimizar os seus efeitos imediatos sobre a existência material dos trabalhadores (jornada de trabalho, salário, condições de trabalho, etc.)” mantém em comum o fato de estarem vinculadas “à superação dos estranhamentos”.¹³⁵

Assim, sendo o objetivo do presente trabalho a análise das alternativas institucionais, dentro do atual sistema, sobretudo o brasileiro, de limitar os efeitos perversos da forma de estranhamento aqui analisada – aquela gerada pela terceirização – nos limitaremos aqui ao exame de apenas uma das formas de reação coletiva à existência estranhada. Passaremos, então, à análise das dificuldades e potencialidades do movimento sindical dos trabalhadores submetidos à terceirização, como forma de promover um controle civilizatório¹³⁶ a tal prática.

¹³² LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II.. Fl. 757

¹³³ Idem. Fl. 758

¹³⁴ Nesse ponto, é importante frisar que Lukács delineia que a cada novo estágio do desenvolvimento social, a desigualdade que permeia o interior do processo produz novas formas de estranhamento. Assim, o estranhamento é “um modo fenomênico clássico da desigualdade como marca predominante do progresso no próprio desenvolvimento”. Fl. 763

¹³⁵ LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Volume II. Fl. 755

¹³⁶ Segundo Maurício Godinho Delgado, há três instrumentos de “controle civilizatório da terceirização”: a isonomia remuneratória entre os trabalhadores terceirizados e os empregados originais da empresa tomadora de serviços; a responsabilidade do tomador de serviços pelos valores trabalhistas devidos pela prestadora de serviços; e a atuação sindical dos empregados terceirizados. Nesse sentido, ver Curso de Direito do Trabalho, fls. 473 a 484.

4.2. Modelos de enquadramento sindical no Brasil

Há hoje no Brasil dois modelos principais de enquadramento sindical para empregados¹³⁷, quais sejam, os sindicatos por categoria profissional e os sindicatos por categoria profissional diferenciada.

O conjunto mais significativo atualmente é o de sindicatos por categoria profissional, mostrando-se esse o critério mais comum de enquadramento sindical. O seu cerne, a categoria profissional, é definido a partir da “similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas”.¹³⁸ Isto é:

“O ponto de agregação na categoria profissional é a similitude laborativa, em função da vinculação a empregadores que tenham atividades econômicas idênticas, similares ou conexas. A categoria profissional, regra geral, identifica-se, pois, não pelo preciso tipo de labor ou atividade que exerce o obreiro (e nem por sua exata profissão), mas pela vinculação a certo tipo de empregador.”¹³⁹

Nesse sentido, por exemplo, o porteiro da empresa de metalurgia e o trabalhador que desenvolve atividades estritamente metalúrgicas na empresa são igualmente enquadrados sob a categoria profissional dos metalúrgicos, com a opção de sindicalização à respectiva entidade representativa.

Em relação à categoria profissional diferenciada, por sua vez, o critério de agregação se dá a partir do exercício de profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.¹⁴⁰ É um sindicato, assim, cujo critério de enquadramento repousa no ofício ou na profissão.

A Consolidação das Leis do Trabalho arrola, em seu fim, um rol de categorias profissionais diferenciadas, tais quais os professores, motoristas, jornalistas profissionais e músicos profissionais. Dessa forma, independente do empregador para quem prestam serviços, os trabalhadores que se identificam com tais profissões diferenciadas se sindicalizam em função da categoria profissional diferenciada.

Sob esse prisma, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, o empregado se enquadra, portanto, no sindicato de sua categoria profissional, definida essa a partir da atividade econômica da empresa, salvo em hipótese de inserir-se em categoria profissional diferenciada.

¹³⁷ Para empregadores, o enquadramento se dá a partir da categoria econômica a que se insere a empresa.

¹³⁸ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 12ª Edição. Fl. 1365

¹³⁹ Idem. Fl. 1365

¹⁴⁰ Art. 511, §3º, da CLT

Assim, os empregados terceirizados, a princípio e em regra geral, vinculam-se à atividade econômica de seu empregador direto, formal, concernente à prestação de serviços. São, sob essa ótica formal, representados, portanto, pelo sindicato de empregados de prestadoras de serviços, independentemente de qual seja sua função nela, e de qual tomadora de serviços as contrate. Segunda essa posição formal – extremamente criticada, como veremos a seguir - excepcionam-se dessa situação apenas os empregados que se enquadrem em uma categoria profissional diferenciada – como em uma situação de engenheiro terceirizado, por exemplo.

4.3. Enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços: dois aspectos críticos tradicionalmente apontados

Como visto, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, os empregados terceirizados, a princípio, têm seu enquadramento sindical em face do sindicato dos empregados contratados pelas prestadoras de serviço. Assim, a categoria econômica correspondente à categoria profissional dos terceirizados é comumente considerada a das prestadoras/fornecedoras de serviços, isto é, a das empresas terceirizadas; e não mais a atividade econômica exercida pela tomadora de serviços, seja qual for. Tal enquadramento, contudo, serve à legitimação da estratégia empresarial aqui analisada, concernente à tentativa de fuga da proteção normativa trabalhista, seja aquela de fonte heterônoma, seja aquela de fonte autônoma. Desse modo, o ônus de arcar com as negociações coletivas passa às prestadoras de serviço, enquanto a tomadora – segundo a regra de enquadramento sindical baseada nessa interpretação restrita de categoria profissional – se desonera dessa relação negociativa, bem como das eventuais normas coletivas daí decorrentes. A tomadora de serviços, assim, mediante a prática terceirizante, busca desvincular-se não só da incidência do Direito Individual do Trabalho, mas igualmente do Direito Coletivo.

Sob essa ótica, contudo, o enquadramento sindical dos empregados terceirizados em face da prestadora de serviços é largamente criticado pela doutrina trabalhista, sobretudo em função de duas perspectivas principais: 1) a fragmentação dos empregados terceirizados, que prestam serviços divididos, em benefício de inúmeras tomadoras de serviços; e 2) o anacronismo de uma interpretação formalista do critério de “categoria profissional”, erigido como cerne de agregação pelo legislador em época na qual a terceirização não era difundida.

Quanto à primeira perspectiva, anotamos que a terceirização, enquanto estratégia empresarial em busca da redução dos custos advindos do Direito do Trabalho, em todas suas fontes, não se limitou, por óbvio, a nenhuma atividade específica. Ao contrário dos argumentos desenvolvidos inicialmente por alguns doutrinadores da Administração e das Ciências Econômicas¹⁴¹, no sentido de que a terceirização se justificaria pela sua incidência em atividades altamente especializadas, como os setores de tecnologia e de informática, tal prática empresarial se expandiu para atingir quaisquer funções das empresas, quer demandem ou não profunda especialização, quer correspondam ou não a atividades meramente acessórias.

Sob esse prisma, a condição de *terceirizado* envolve inúmeras funções, exercidas sob igualmente inúmeras condições distintas. Mas não é só. Mesmo quando uma prestadora de serviços se concentra no fornecimento de mão de obra relativa a apenas uma atividade específica, como por exemplo a limpeza, ela pode o fazer a partir de múltiplos contratos de prestação de serviços, pactuados com diferentes tomadoras de serviço; o que gera distintas condições de trabalho mesmo aos terceirizados que formalmente desempenham atividades similares.

A terceirização, assim, guarda em seu cerne a pluralidade e a fragmentação.

Quanto a esse aspecto, destacamos a experiência do SINDISERVIÇOS, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal. Em sua Convenção Coletiva de 2015, a Segunda Cláusula dispõe sobre a multiplicidade de funções representadas pela “categoria de terceirizados do DF”, nos seguintes termos:

“A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL, TAIS COMO: Adestrador; Agente de Portaria/Fiscal de Piso; Ajudante; Ajudante de Caminhão; Ajudante de Cozinha; Ajudante Geral de Manutenção; Alinhador/Balanceador de Autos; Almoxarife; Arquivista; Arrumadeira; Atendente; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Encarregado; Auxiliar de Jardinagem; Auxiliar de Serviços Gerais; Bombeiro Hidráulico; Borracheiro; Cabineiro; Camareiro; Carpinteiro; Carregador de Móveis; Carregador/Estiva; Chaveiro; Chefe de Cozinha; Copeira; Costureira de livros; Coumim; Cozinheiro; Eletricista; Eletricista de Auto; Encarregado de Jardinagem; Encarregado de Limpeza; Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos; Encarregado Geral; Enrolador de Motores; Estofador; Frentista; Funileiro; Garagista; Garçom; Jardineiro; Jauzeiro; Lanterneiro de Auto; Lavador de Auto;

¹⁴¹ MARCELINO, Paula. Trabalhadores terceirizados e luta sindical. Fls. 32-33.

Lavanderia; Lustrador de Móveis; Maitre; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Auto; Mecânico de Veículo Pesado; Mestre de Obras; Montador de Divisórias; Office Boy / Contínuo; Operador de Balancim; Operador de Bilheteria; Operador de Fotocopiadora; Operador de Microtrator; Operador de Roçadeira Costal; Operador de Trator; Operador de Trator de Esteira; Pedreiro; Persianista; Pintor; Pintor de Auto; Piscinheiro; Recepcionista; Salgadeira; Serralheiro; Servente; Supervisor; Fiscal Predial; Torneiro Mecânico; Tratador de Animais; Vaqueiro; Vidraceiro; Zelador, com abrangência territorial em DF”¹⁴²

Observa-se, assim, a multiplicidade de funções e atividades que foram externalizadas das empresas tomadoras de serviços, mediante uma terceirização estratégica, para que tais trabalhadores, afastados não só da relação empregatícia clássica, mas do enquadramento sindical originário, não representassem mais empecilho à redução dos custos – embora sua força de trabalho ainda fosse necessária, mas camuflada por trás de um contrato civil.

Há, pois, uma única semelhança entre esses trabalhadores: o aprofundamento do estranhamento, já aqui analisado. O distanciamento de toda essa gama de trabalhadores daquele que determina seu processo de trabalho, o tomador de serviços, é o único elo que se depreende de todos os integrantes dessa “categoria”. O que não é suficiente, segundo boa parte da doutrina trabalhista, para legitimar uma interpretação restritiva e acrítica do conceito de categoria profissional, distoante do norte traçado pela Constituição Federal, uma vez que o fenômeno do estranhamento pode se dar, a depender das circunstâncias de cada caso, mediante distintas manifestações empresariais.¹⁴³

Assim, não obstante reconheçamos que o conceito de categoria profissional, distintamente da categoria profissional diferenciada, não se vincula estritamente a função desenvolvida pelo empregado, e sim à atividade econômica do empregador, não consideramos possível concluir que a empresa que fornece a outra o serviço de vaqueiro, por exemplo, se insere na mesma atividade econômica da empresa que fornece, a um distinto tomador, o serviço de eletricitista, ou o serviço de zelador. No

¹⁴² Segunda Cláusula da Convenção Coletiva 2015 do SINDISERVIÇOS DF, firmada com o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do DF. Acesso em 03/11/2015, disponível em <<http://sindiservicodf.org.br/portal/index.php/convencoes>>

¹⁴³ Segunda Paula Marcelino, a terceirização no Brasil pode se dar de diversas formas, seja por contratos de natureza civil, seja por contratos de natureza mercantil. É exemplo de terceirização por contrato de natureza civil a prestação de serviços. Já na terceirização por contratos de natureza mercantil, por outro lado, temos como exemplos o *engineering*, o contrato de fornecimento e a concessão mercantil. In: Trabalhadores terceirizados e luta sindical. Fls. 54-58

entanto, todas essas funções são consideradas como integrantes de uma única categoria profissional, como visto na análise da segunda cláusula da Convenção Coletiva de 2015 do SINDISERVIÇOS.

Com efeito, o que ocorre são empresas de distintas atividades econômicas, como se pode depreender da referida cláusula normativa, atuando no mercado mediante tipos de contrato semelhantes, como o contrato de prestação de serviços. Não há, reiteramos, a mesma atividade econômica entre uma empresa que presta serviços de vaqueiro e aquela que presta serviços elétricos, mas um mesmo tipo de vínculo contratual com a tomadora com a qual se relacionam.

Assim, sob o epíteto genérico *terceirização*, que, como visto no primeiro capítulo, surge a partir da necessidade do capital de criar uma relação de trabalho trilateral, encontram-se inúmeras atividades econômicas distintas, embora negociadas mediante formas contratuais similares.

É nessa trilha que se encontra a segunda perspectiva usualmente encontrada nas críticas despendidas pela doutrina trabalhista, acerca da necessidade de releitura do conceito de categoria profissional disposto na CLT, à luz da mutabilidade das relações de trabalho no tempo.

Nesse sentido, Godinho Delgado destaca que a noção de “organização sindical representativa da categoria profissional”, disposta no art. 8º, II, da Constituição Federal, deve ser interpretada à luz da abertura hermenêutica que a nova Constituição trouxe ao Direito Coletivo do Trabalho, de modo a privilegiar a real e efetiva unidade e agregação daqueles trabalhadores que desenvolvem atividades em condições similares.¹⁴⁴ Seria, pois, um contrassenso aos ares democráticos dispostos no referido dispositivo constitucional interpretar o conceito de “categoria profissional” da CLT de modo formalista e restritivo, a ensejar a caracterização do fragmentado grupo de empregados terceirizados como uma unívoca categoria. Com efeito, anota o autor que:

“A terceirização desorganiza perversamente a atuação sindical e praticamente suprime qualquer possibilidade eficaz de ação, atuação e representação coletivas dos trabalhadores terceirizados. A noção do *ser coletivo obreiro*, basilar ao Direito do Trabalho e a seu segmento juscoletivo é inviável no contexto de pulverização da força de trabalho, provocada pelo processo terceirizante. [...] A ideia de formação de um sindicato de trabalhadores terceirizados, os quais servem a dezenas de diferentes tomadores de serviços, integrantes estes de segmentos econômicos extremamente díspares, é

¹⁴⁴ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 12ª Edição. Fls. 480 e 481

simplesmente um contrassenso. Sindicato é unidade, é agregação de seres com interesses comuns, convergentes, unívocos.”¹⁴⁵

Márcio Túlio Viana, por sua vez, explicita a incoerência interna gerada pela interpretação restritiva de categoria profissional que, ao invés de possibilitar a união pretendida por qualquer movimento sindical, o enfraquece:

“É verdade que sempre se pode dizer que, em nosso sistema (a) a categoria profissional deve corresponder à econômica como uma espécie de espelho; (b) a categoria econômica, no caso, é a da empresa fornecedora; (c) o seu ramo de atividade não se confunde com a da empresa tomadora. Assim, ao sindicato das empresas que fornecem mão de obra deveria corresponder o sindicato dos trabalhadores nessas mesmas empresas. No entanto, o argumento parece poder ser contestado. Basta lembrar que, quando a CLT fez a categoria profissional corresponder à econômica, foi por concluir que as pessoas que trabalhavam num mesmo ramo de atividade empresarial se unem por laços de solidariedade. Ora, no caso dos terceirizados que ficam longo tempo na mesma empresa tomadora, esses laços se formam com o pessoal que está ali, e não com os *outros* terceirizados, que eles nem conhecem.”¹⁴⁶

Podemos, assim, concluir que, quanto a essa segunda perspectiva – em parte decorrente da primeira, relativa à fragmentação – defende-se uma interpretação do conceito de “categoria profissional” a partir da abertura hermenêutica proporcionada pela Constituição Federal de 1988 ao Direito Coletivo do Trabalho, abdicando-se de qualquer interpretação anacrônica, formalista e restritivista, que apenas legitime a fragmentação e o afastamento do trabalhador terceirizado em relação àquele que realmente lhe é fonte de estranhamento: o tomador de serviços. É preciso evitar a artificial união, a partir de um instituto jurídico, de trabalhadores cujas especificidades lhe impedem a formação, a princípio, de uma categoria supostamente unívoca, e portanto, de uma representação efetiva, sob pena de fadar as garantias constitucionais do movimento sindical a uma mera constitucionalização simbólica¹⁴⁷, a um projeto constitucional vazio, ao menos no que toca aos empregados terceirizados.¹⁴⁸

¹⁴⁵ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 12ª Edição. Fl. 480

¹⁴⁶ VIANA, Márcio Túlio. Para entender a terceirização. Fl. 96

¹⁴⁷ Marcelo Neves, em sua obra *A constitucionalização Simbólica*, discorre acerca da legislação cuja efetividade normativa é deficitária, em decorrência da baixa aplicação jurídico-instrumental, o que lhe enfraquece enquanto mecanismo de orientação generalizada para condutas no seio social. Há nessas circunstâncias, portanto, lacunas entre o texto e a realidade constitucionais.

¹⁴⁸ Nesse sentido, destaca Godinho Delgado que “Ora, com todas as críticas que tem recebido nesse campo, é inquestionável que a Constituição do Brasil assegura aos trabalhadores o direito de terem uma *organização sindical representativa da categoria profissional*, situada em certa base territorial, que não pode ser inferior à área de um município (art. 8º, II, CF/88). Ora, quanto à existência de tal entidade sindical, a Constituição não tem sido respeitada, no país, relativamente aos trabalhadores terceirizados.” In Curso de Direito do Trabalho, 12ª Edição, Fl. 481

Assim, observa-se que a perspectiva referente à fragmentação dos trabalhadores, ao permitir uma análise detida da pulverização dos empregados terceirizados, bem como de sua multiplicidade de funções – a despeito da pretensa uniformização sob a denominação genérica de *terceirizado* – confirma a crítica despendida sob essa segunda perspectiva, referente à interpretação do conceito de categoria profissional.

Conclui-se, pois, na esteira das críticas ora explanadas, que nos parece inadequado vincular o conceito de categoria profissional à natureza jurídica dos contratos que viabilizam a terceirização, sob pena, como visto, de promover uma interpretação totalmente anacrônica do que foi pretendido pela CLT, à época de sua promulgação, e sobretudo do sentido atribuído pela Constituição Federal de 1988 ao conceito de categoria profissional – cuja verdadeira essência repousa na similitude de condições de trabalho prestadas em uma mesma atividade econômica. Desse modo, ao entendermos a categoria profissional como uma expressão social elementar, não se deve associá-la à natureza jurídica do contrato entre as empresas, visto que este não determina necessariamente que os empregados contratados sob um mesmo tipo contratual gozam de condições semelhantes, tampouco que laboram em uma mesma atividade econômica.

4.4. Enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços: outro aspecto crítico, o distanciamento do pôr teleológico

O enquadramento sindical dos empregados terceirizados em face das prestadoras de serviço merece, ainda, uma crítica sob uma terceira perspectiva, à luz da análise ontológica do trabalhador realizada no segundo capítulo. A terceirização, como analisado, promove um afastamento ainda maior do pôr teleológico do processo do trabalho, se comparada às relações de emprego clássicas, bilaterais. Nessas, o empregador toma para si a definição da teleologia do processo do trabalho. Uma vez detentor dos meios de produção, ele adquire exclusividade na definição dos modos e fins do trabalho realizado pelos trabalhadores, que apenas seguem a teleologia definida por aquele. O trabalho deixou, assim, de ser âmbito de expressão da autenticidade e da humanização do indivíduo, que outrora se realizavam mediante a definição do pôr teleológico do trabalho que ele próprio realizava.

Na terceirização, contudo, o próprio empregador deixa de ter essa capacidade de definição do pôr teleológico, visto que ele apenas intermedia o processo do trabalho ditado pelo tomador de serviços. Por mais que se considere que a subordinação jurídica

se dá entre o empregado e o prestador de serviços, sabe-se que este apenas fornece mão-de-obra para suprir necessidades ditadas pelo tomador de serviços. A relação, agora trilateral, apenas camufla a posição estranhada também do empregador, prestador de serviços. É exatamente nesse aspecto que se encontra o aprofundamento do fenômeno do estranhamento que a terceirização provoca, ao reificar duas vezes o trabalhador: a primeira na própria relação de emprego (o que já ocorria), a segunda no contrato entre as empresas, do qual é mero objeto (novidade trazida pela terceirização).

O enquadramento sindical desses empregados duplamente estranhados em face das prestadoras de serviços – igualmente estranhadas nesse processo, sem real poder de ditar as finalidades do processo do trabalho e desprovidas, pois, de qualquer capacidade de definir o pôr teleológico – apenas confirma a sofisticada estratégia empresarial de não só aprofundar o estranhamento, com o fito de reduzir os custos diante da crise do capital, como de enfraquecer a capacidade dos trabalhadores de reagirem contra ele.

Assim, um movimento sindical que tenha como pressuposto de agregação a condição de ser empregado de prestadoras de serviços, e que em face delas lance suas reivindicações e negociações coletivas, está fadado a sérias limitações. Essas limitações são de ordem financeira, de ordem teleológica e, por fim, de ordem logística.

Em primeiro lugar, as prestadoras de serviços têm na diferença entre o que recebem pelo contrato de prestação de serviços e o que remuneram os empregados terceirizados sua única fonte de lucro. Como diria Souto Maior, em entrevista concedida a página Disputa de Pensamento¹⁴⁹, tais empresas não são verdadeiramente detentoras do capital. E exatamente por isso a negociação com elas, pleiteando melhores condições de trabalho – o que invariavelmente gera custos a curto prazo – encontra limites naquilo que a tomadora de serviços está disposta a pagar pelo contrato com a prestadora. Nessa perspectiva, a negociação coletiva com a prestadora de serviços encontra limitações financeiras.

Em segundo lugar, invariavelmente, determinadas melhorias nas condições de trabalho a serem pleiteadas pelo movimento sindical, tais como jornada de trabalho e intervalos, dependem do pôr teleológico determinado pela tomadora de serviços ao processo do trabalho – cuja realização é transferida mediante o contrato de prestação de serviços, mas não a definição. Assim, a necessidade de realização de escalas, por exemplo, ou a definição dos horários de início e término da jornada, estão

¹⁴⁹ Vídeo acessado em 03/11/2015, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=bukkedhYV58>>

condicionados às direções e fins que a tomadora de serviços determina acerca do processo do trabalho necessário à concretização de sua própria atividade econômica. A prestadora de serviços não detém qualquer possibilidade de ditar tais determinações, o que lhe impede de efetivamente participar de uma negociação coletiva acerca de tais aspectos. Sob essa segunda perspectiva, percebe-se a impossibilidade de negociar várias das condições laborais com quem não detém o poder de definir a teleologia do trabalho realizado pelos empregados. Nessa perspectiva, portanto, as limitações são de ordem teleológica.

Por fim, em virtude da alta rotatividade dos contratos de prestação de serviços, é importante destacar ainda as limitações que os sindicatos de empregados terceirizados enfrentam no que concerne ao acompanhamento das frequentes rescisões contratuais, inclusive com o inadimplemento das verbas rescisórias. Frequentemente sem diligência na escolha das prestadoras de serviços, tampouco fiscalização por parte das tomadoras durante a execução do contrato, são contratadas prestadoras de serviço inidôneas e que simplesmente somem após a rescisão contratual, impossibilitando ao sindicato qualquer intermediação no que diz respeito ao pagamento de verbas inadimplidas ao longo dos contratos de emprego, bem como das verbas rescisórias. Resta aos sindicatos, assim, buscar intermediação com cada uma das inúmeras tomadoras de serviço em benefício das quais seus representados laboraram. Tal circunstância demonstra limitações de ordem logística.

Todas as três limitações, de alguma forma relacionadas a essa terceira perspectiva, ontológica, decorrem do fato de ser a tomadora de serviços a real detentora da decisão acerca do *pôr* teleológico do trabalho realizado. Essa perspectiva reforça, ainda, as duas tradicionais críticas, expostas no item anterior, acerca das dificuldades geradas pelo enquadramento sindical dos empregados terceirizados em face das prestadoras de serviço. Assim, reiteramos que o afastamento que a prestadora de serviços se encontra em relação ao *pôr* teleológico do trabalho que ela apenas intermedia é mais um elemento crítico, a partir da perspectiva ontológica lukacsiana, que nos permite concluir que o movimento sindical em função dela é fortemente fragilizado e limitado em inúmeros aspectos.

4.5. Negociações com a tomadora de serviços: reaproximação do *pôr teleológico*

Diante das circunstâncias expostas no item anterior, observa-se que um sindicato de empregados terceirizados frequentemente se depara com a situação de ter que negociar

com cada uma das tomadoras de serviços para lograr efetividade em suas reivindicações. Isto é, apenas com uma reaproximação daquele que dá a última palavra do pôr teleológico do trabalho desenvolvido que se torna possível lograr melhores condições na realização, por óbvio, desse mesmo trabalho.

Se considerarmos o movimento sindical como a via pela qual os empregados podem ampliar seu espectro de escolhas, determinando de alguma forma alguns aspectos das suas condições de trabalho – ou, na perspectiva de Lukács, uma via pela qual se supera o estranhamento do pôr teleológico – se torna evidente que tal movimento deve interagir, para cumprir essa função, com aquele que de fato detém poder de definir a teleologia do trabalho. A negociação com qualquer outro sujeito estranhado dessa posição – tal qual o é a prestadora de serviços – se torna vazia.

Com o enquadramento sindical dos empregados em face da prestadora de serviços, contudo, surgem sindicatos que representam trabalhadores terceirizados de inúmeras prestadoras de serviços distintas que, por sua vez, arregimentam mão de obra em benefício de outras inúmeras tomadoras de serviço distintas. O que significa, portanto, que a esses sindicatos, uma vez frustradas as tentativas de negociar com o sindicato da categoria econômica das prestadoras de serviços, ou mesmo com as próprias e individualizadas prestadoras de serviços, uma a uma – em virtude eventualmente de alguns das limitações expostas no item anterior – lhes resta a negociação com as inúmeras tomadoras de serviços em benefícios das quais os empregados por eles representados trabalharam.

É nesse sentido que realçamos, mais uma vez, uma experiência do SINDISERVIÇOS, Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal. Em dezembro de 2014, a despeito de representar de vaqueiros a zeladores, de eletricitas a copeiros, contratados por inúmeras diferentes prestadoras de serviços para trabalhar em benefício de inúmeras diferentes tomadoras de serviços, o SINDISERVIÇOS teve que, em nome de 548 empregados contratados pela Rover Administração S.A., firmar conciliação com a Fundação Universidade de Brasília, tomadora de serviços, para o pagamento das verbas rescisórias devidas por aquela.¹⁵⁰

¹⁵⁰ Notícia disponível no sítio eletrônico da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços – CONTRACS, a quem o SINDISERVIÇOS DF é filiado. Acesso em 01/11/2015, disponível em <http://www.contracs.org.br/noticias/12152/vitoria-do-sindiservicos-df-e-conquista-dos-trabalhadores-nas-portarias-da-unb>

Percebe-se, assim, inúmeras dificuldades práticas e logísticas de tais sindicatos para se reaproximarem do pôr teleológico do trabalho, a fim de voltarem a ter condições de promover efetivas reivindicações e negociações. Todas elas decorrem do aprofundamento da condição estranhada do empregado terceirizado, que agora tem que superar também a intermediação da prestadora de serviços, igualmente estranhada, para alcançar aquela que lhe determina o trabalho, a tomadora de serviços. Para tanto, tais sindicatos têm que se desdobrar para cobrir inúmeras pautas, fragmentadas ao longo de inúmeras tomadoras de serviços: com quem, portanto, não raramente têm que dialogar para lograrem algum êxito na melhoria das condições de trabalho e no cumprimento de obrigações trabalhistas, haja vista o estranhamento da prestadora de serviços em relação ao pôr teleológico do trabalho realizado e, portanto, a incapacidade de se lançar em condições reais de negociação sobre ele.

4.6. Enquadramento sindical em face da tomadora de serviços: perspectiva jurídica e política

Tendo em vista essas inúmeras circunstâncias e dificuldades, uma parte significativa da doutrina trabalhista defende que o enquadramento sindical dos empregados terceirizados deve se dar em função das tomadoras de serviços, isto é, em conjunto com os empregados contratados diretamente por elas. Em função do labor em condições semelhantes de trabalho, ao menos no que toca à terceirização interna ou de serviços, possibilitar-se-ia, segundo essa parte da doutrina, um movimento sindical mais coeso e mais eficaz no que toca à capacidade de reivindicações por parte dos empregados terceirizados.

Quanto a esse posicionamento, observam-se duas perspectivas: uma jurídica e uma política. Embora não haja isolamento entre elas, de forma excludente, assim a categorizaremos para fins de melhor compreensão dos principais argumentos encontrados na doutrina a favor do enquadramento sindical dos empregados terceirizados em face da tomadora de serviços, e não da prestadora.

No que toca inicialmente à perspectiva jurídica dessa defesa, destacamos que ela corresponde à segunda perspectiva da crítica ao enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços, dispendidas no item 4.3. Isto é, um dos aspectos da crítica àquela regra de enquadramento sindical é o cerne de um dos argumentos a favor do enquadramento em face das tomadoras de serviços.

Em virtude da importância dessa perspectiva jurídica, reiteramos que, segundo Godinho Delgado, como visto no item 4.3., o conceito de categoria profissional disposto na CLT deve ser interpretado de forma harmônica com “as noções de ser coletivo, de sindicato, de atuação, ação e representação sindicais”, que são, segundo o autor, “ideias matizes que dimanam da Constituição Democrática de 1988 (art. 8º e seguintes, CF/88)”.¹⁵¹ A partir desse pressuposto, entende que:

“No caso dos trabalhadores terceirizados, encontra-se na empresa tomadora de serviços sua essencial similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, como dispõe a CLT; é ali que se encontra sua essencial similitude em situação de emprego na mesma atividade econômica e em atividades econômicas similares ou conexas, conforme previsto pela Consolidação. Por isso, é no universo de trabalhadores da empresa tomadora de serviços, em que se integra em seu cotidiano profissional o obreiro terceirizado, que ele encontrará sua categoria profissional e seu efetivo sindicato.”¹⁵²

Nessa linha de raciocínio, temos que, se compreendermos o direito à efetiva organização sindical como um direito fundamental disposto na nossa Constituição Federal, sua interpretação deve se dar de forma aberta, à luz da historicidade e da mutabilidade das relações sociais, de modo a adequarmos tal previsão constitucional à sistematização desse novo modo de reprodução social representado pela terceirização. Nesse sentido, Renata Dutra, ao tratar da necessária releitura da Constituição Federal, decorrente das consequências do modelo de produção toyotista na subjetividade do trabalhador, dispõe que, segundo Menelick de Carvalho Netto, esse é um desafio sempre enfrentado para a adequada compreensão dos direitos fundamentais, visto que devemos sempre “tomá-los como algo extremamente aberto, ver a própria Constituição formal como um processo permanente, e, portanto, mutável, de afirmação da cidadania”.¹⁵³

Assim, à luz da abertura hermenêutica que a Constituição possui acerca da compreensão dos direitos fundamentais a partir da mutabilidade social, a adequada leitura do direito fundamental à organização sindical pressupõe uma interpretação do conceito de categoria profissional à luz do novo modelo de produção toyotista. A mera vinculação dos empregados a uma suposta atividade econômica unívoca das empresas prestadoras de serviço – o que, consoante exposto no item 4.3., é uma conclusão

¹⁵¹ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho, 12ª Edição. Fl. 480

¹⁵² Idem. Fl. 481

¹⁵³ DUTRA, Renata Queiroz. Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e emancipação coletiva. Fl. 226. Cap. 14 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 226

extremamente problemática – esvazia a efetividade da organização sindical dos empregados submetidos à terceirização, mediante uma interpretação anacrônica e formalista do conceito de categoria profissional.

Ao contrário, deve-se interpretar o conceito a partir de uma ótica de integração, e não de especialização, que valorize o trabalho exercido, em detrimento da estrutura contratual.¹⁵⁴ Assim:

“Se o conceito da CLT é obsoleto, porque contempla a conformação do mundo do trabalho em 1943, quando sequer existia o fenômeno da terceirização, a revisão do conceito celetista de categoria, para que ele possa acomodar o fenômeno da terceirização sem implicar a segmentação da representação dos trabalhadores, em verdade, vem a dar cumprimento ao comando constitucional (...) Portanto, para se corrigir e reequilibrar as relações de trabalho ante o fenômeno da terceirização, faz-se necessária a releitura dos institutos de direito coletivo do trabalho, a partir da Constituição Federal e em sua conformidade. (...) Essa ampliação do conceito de categoria para abordar um número maior de demandas sociais e alargar a representatividade e legitimidade, deve, necessariamente, ocorrer à luz da Constituição Federal.”¹⁵⁵

Sob esse prisma, essa parte da doutrina defende que, sem necessidade de alteração legislativa, pode-se considerar que o enquadramento sindical dos empregados terceirizados se dá em face do sindicato dos empregados da tomadora de serviços em benefício da qual laboram. Excluí-los da sua real categoria econômica ensejaria, sob essa ótica, um verdadeiro *apartheid sindical* entre empregados terceirizados e empregados centrais, que, a despeito de estarem submetidos a formas distintas de contratação, laboram em benefício da mesma empresa. Assim:

“A exclusão do trabalhador da categoria econômica vinculada à atividade econômica do beneficiário final de sua mão de obra, o tomador de serviços, constitui veículo de fragilização social do trabalhador terceirizado, pois inviabiliza sua reunião em torno do sindicato legitimado para a defesa dos seus “*reais*” interesses, frustrando-lhe as relações de cooperação e de solidariedade e a própria identidade de classe, com série perda de conquista de direitos voltados à “*melhoria de sua condição social*” (Constituição, art. 7º, *caput*). (...) É nesse sentido que o *apartheid* sindical induz a um grave déficit de efetividade do direito fundamental à liberdade sindical e seu mecanismo de luta, assegurados pela Constituição, tais como a negociação coletiva e a greve (Constituição, arts. 8º e 9º),

¹⁵⁴ DUTRA, Renata Queiroz; e RAMOS, Gabriel de Oliveira. Tendências desmobilizadoras oriundas da terceirização e da precarização trabalhistas: reflexos na atuação sindical. Cap. 22 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 360.

¹⁵⁵ Idem. Fl. 360.

enfraquecendo, por conseguinte, a eficácia de todos os demais direitos fundamentais trabalhistas.”¹⁵⁶

Segunda a perspectiva jurídica, portanto, a categoria profissional dos empregados terceirizados é definida em função da atividade econômica do tomador de serviços, mediante uma interpretação atual e adequada da Constituição Federal, à luz das teorias acerca da abertura hermenêutica da compreensão dos direitos fundamentais.

No tocante à segunda perspectiva, de natureza política, embora não necessariamente sempre se alinhe à perspectiva jurídica de interpretação ampliada do conceito de categoria profissional, com ela pode contribuir para a construção de argumentos sólidos para a defesa da tese de que o enquadramento sindical dos terceirizados em face da tomadora de serviços não só é possível, como lhes é mais benéfico.

A natureza política dessa posição se encontra na defesa de que há um potencial de atuação política conjunta, via movimento sindical, entre empregados terceirizados e o que se denomina de empregados “centrais”, ainda contratados diretamente pelos tomadores de serviços. Segundo essa perspectiva, há ainda grupos de interesses comuns, que podem não só defender em instâncias políticas a mudança das regras de enquadramento sindical, mas que igualmente atuem no atual cenário jurídico, mediante instrumentos alternativos de reação coletiva.

Nesse sentido, ressalva-se que, a despeito das detalhadas análises acerca da fragmentação das subjetividades dos dois grupos de trabalhadores, divididos em centrais e periféricos, entre empregados das tomadoras de serviços e os terceirizados, remanesce ainda um interesse comum a ambos: frear a expansão da terceirização. O primeiro grupo é diretamente afetado com a eminente ameaça de redução ainda maior e com a gradual transferência de seus trabalhadores para o segundo grupo. Tal ameaça lhe afeta, ainda, com a perda de força de seu próprio movimento sindical, que se vê reduzido em termos de filiados.¹⁵⁷

¹⁵⁶ DELGADO, Gabriela Neves Delgado; AMORIM, Hedler Santos. Os limites constitucionais da terceirização. Fls. 109 e 110

¹⁵⁷ DRUCK, Graça e SILVA, Jair Batista. Precarização, Terceirização e Ação Sindical. Cap. 3 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 41. Segundo os Autores, no setor de energia elétrica, por exemplo, “o efeito mais imediato da privatização e da terceirização foi a redução drástica da base de representação sindical: em 1994, o setor contava com 183.380 trabalhadores; em 2005, o número de trabalhadores era de 94.398, ou seja, em uma década houve a redução de 48,52% da força de trabalho no setor.”

Nesse sentido, em reforço à perspectiva segundo a qual é possível uma movimentação política comum entre os sindicatos de empregados vinculados às tomadoras de serviços e os empregados terceirizados, Graça Druck analisa as estratégias promovidas pela maior central sindical brasileira, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, desde o início da década de 1990, acerca da temática da terceirização.

A ação da CUT acerca da terceirização, no início da década de 1990, foi eminentemente combativa, centrando-se na mobilização de sua base contra a expansão da terceirização e contra a precarização dos trabalhadores submetidos a ela. Atuou, assim, em harmonia com os interesses dos empregados terceirizados. Essa conclusão torna-se clara, por exemplo, a partir da leitura das Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT, em 1994, compiladas por Graça Druck:

“Além disso, a terceirização promove a divisão e a desarticulação dos trabalhadores, estimulando seu isolamento e a ausência de organização sindical. Por estes motivos, a proposta é enfrentar diretamente tal prática:

“A CUT combate a terceirização nas atividades-fins ou meio e adota a seguinte posição:

a) Contra a terceirização;

b) Pela igualdade de direitos e salários a todo trabalhador que realize o mesmo trabalho; (...)

Na luta contra a terceirização buscamos garantir que os trabalhadores “terceirizados” continuem sindicalizados no mesmo sindicato de origem e tenham os mesmos benefícios e direitos trabalhistas da empresa contratante. Nos acordos coletivos, a CUT luta pela implementação do salário profissional e pela elevação dos pisos salariais de forma a diminuir as diferenças entre empresas da mesma categoria. ([Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT]. Cf. CUT. 1994, P.32)”¹⁵⁸

Ao fim da década de 1990 e ao longo da década de 2000, contudo, já se observou uma postura menos combativa e mais defensiva, no sentido de ao menos minorar os efeitos da desenfredda expansão da terceirização. Manteve a CUT sua atuação, no entanto, em conjunto com os interesses dos empregados terceirizados. Nesse sentido, objetivos expostos no trecho da 8ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1996:

“- **Esgotados os meios para impedir/reverter a terceirização**, extensão dos acordos para os trabalhadores terceirizados;

- Informação antecipada sobre mudanças organizacionais, tecnológicas e ambientais e obrigatoriedade de negociação das mesmas com o sindicato;

(...)

¹⁵⁸ DRUCK, Graça e SILVA, Jair Batista. Precarização, Terceirização e Ação Sindical. Cap. 3 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 41.

- Iniciar a discussão sobre os reflexos da terceirização no serviço público junto às categorias e à população usuária, bem como sobre os impactos da reestruturação produtiva no setor público. [(Resoluções da 8ª Plenária Nacional Canudos.) Cf. CUT, 1996, P. 46-47, grifos nossos].”¹⁵⁹

Sob esse prisma, conclui Graça Druck que “Se anteriormente a posição adotada era no sentido de recusar, impedir ou reverter o processo de terceirização, agora a estratégia passa a ser regular tal prática.” A premissa da nova estratégia, pois, passa a ser que “dado que a terceirização não pode ser evitada, o movimento sindical deve agir no sentido de minorar seus efeitos perversos”¹⁶⁰.

A despeito da mudança da estratégia adotada no início da década de 1990, percebe-se que a CUT manteve-se como sujeito político que congrega interesses comuns aos empregados terceirizados, não obstante agregasse inicialmente apenas sindicatos das tomadoras de serviços. Os empregados terceirizados, portanto, a despeito da nova estrutura produtiva, não deixaram, ao fim e a cabo, sua condição de trabalhador, o que lhe permite permanecer no movimento mais geral de agregação e reivindicação obreira.

Reforça essa conclusão, ainda, os eventos concernentes às manifestações de abril de 2015, realizados no contexto da aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 4.330/04, enviado então para tramitação no Senado Federal. Em tais manifestações, a CUT participou massivamente em defesa, dentre outros aspectos, da representação sindical dos empregados terceirizados pelo sindicato dos empregados da tomadora de serviços. Assim, divulgou em seu sítio eletrônico, à época, que:

“Outra questão polêmica é o enquadramento sindical. Um dos artigos da lei determina que, quando o contrato de terceirização se der entre empresas da mesma categoria econômica, os empregados da contratada envolvidos serão representados pelo mesmo sindicato dos da contratante. Porém, em diversos casos a empresa especializada não é da mesma atividade econômica. Por exemplo, uma metalúrgica não contratará necessariamente outra metalúrgica para fazer determinado serviço terceirizado, abrindo a possibilidade de uma fragmentação da representação sindical dentro do ambiente de trabalho e diminuindo o poder dos trabalhadores. Para a CUT, a representação sindical deve considerar sempre a atividade essencial da empresa tomadora de serviços.”¹⁶¹

¹⁵⁹ Idem. Fl. 43

¹⁶⁰ DRUCK, Graça e SILVA, Jair Batista. Precarização, Terceirização e Ação Sindical. Cap. 3 da obra Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. Fl. 44.

¹⁶¹ Sítio eletrônico da CUT, acesso em 03/11/2015, endereço: <http://www.cut.org.br/noticias/sob-pressao-da-cut-camara-adia-votacao-de-emendas-a-pl-4330-3920/>

Sob a perspectiva política, portanto, podemos concluir que parte da doutrina ainda observa um potencial de agregação entre empregados terceirizados e empregados ditos “centrais”, vinculados às tomadoras de serviços, seja no que concerne ao interesse em comum que possuem, no nível local¹⁶², de estabelecer condições mínimas àqueles, como forma de diminuir a ameaça da terceirização sobre os postos de trabalho centrais; seja no que concerne à movimentação sindical em nível nacional, mediante as centrais sindicais.

4.7. Ressalva quanto às limitações retificadoras dos institutos jurídicos no que concerne ao processo ontológico

Diante de todas as circunstâncias analisadas, concluímos, à luz da doutrina trabalhista dominante, que o enquadramento sindical dos empregados terceirizados em face do sindicato dos empregados das tomadoras de serviços é mais benéfico que o enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços¹⁶³, que segue, ao contrário, uma interpretação anacrônica e limitada do conceito de categoria profissional. É, pois, a via jurídica mais adequada para permitir uma reaproximação entre aquele trabalhador duplamente estranhado e o pôr teleológico do processo do trabalho que realiza, definido esse pela tomadora de serviços. Nesse sentido, exsurge a importância do movimento sindical enquanto instrumento de combate ao fenômeno do estranhamento, função descrita por Lukács.

Ressalta-se, contudo, que o enquadramento sindical em face da tomadora de serviços jamais será capaz de retificar, integralmente, o processo de duplo estranhamento que o empregado terceirizado sofre. Embora ainda haja uma perspectiva política em que remanesce a possibilidade de atuação conjunta com os empregados centrais, não há instituto jurídico que seja capaz de anular os processos ontológicos distintivos pelos quais ambos passaram.

¹⁶² Frequentemente, nas negociações entre o SINDISERVIÇOS DF e a Fundação Universidade de Brasília, o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) participa, em defesa dos interesses dos empregados terceirizados. Tal exemplo reforça a perspectiva política aqui exposta. Sobre tal circunstância, ver, por exemplo, a notícia veiculada no sítio eletrônico do SINDISERVIÇOS DF disponível em <<http://sindiservicodf.org.br/portal/index.php/materias/82-trabalhadores-terceirizados-do-df-em-assembly-permanente>> Acesso em 03/11/2015.

¹⁶³ Ressalva-se, contudo, a hipótese, menos frequente, de o empregado terceirizado permanecer pouco tempo em cada tomadora de serviços. Nesse caso, Márcio Túlio Viana, por exemplo, defende que o enquadramento com a tomadora pode não ser benéfico, situação na qual deve, segundo o autor, ser facultado ao empregado a opção pela representação por sindicato dos empregados da prestadora de serviços ou da tomadora de serviços. Nesse sentido, ver Para entender a terceirização, fl. 96. A rotatividade, contudo, é mais frequente em relação à prestadora de serviços, que recontrata os empregados que já prestavam serviços em benefício daquela tomadora.

Os modos de reprodução social que geram estranhamento, tais como a terceirização, são, como visto no capítulo 2, fenômenos complexos e historicamente situados, em que a pretensão de totalidade é pressuposto para qualquer análise que se busque adequada. Não há, portanto, qualquer elemento que, de forma isolada, influencie na contramão desses movimentos de maneira completa, retificando-os à posição inicial. Assim, embora o enquadramento sindical em face das tomadoras de serviços se mostre a alternativa jurídica mais adequada, não é em hipótese alguma instrumento ideal e totalmente retificador do processo de estranhamento.

Os dois grupos de empregados, terceirizados e centrais, ainda que materialmente laborando em benefício da mesma tomadora, e possuindo ainda interesses residuais em comum, não são resultado mais de um mesmo processo construtivo de subjetividades. A centralidade do trabalho na ontologia de cada um desses seres sociais atuou de forma distinta e distintas podem ser suas reações e demais interesses, a depender dos inúmeros outros aspectos que atuam nesse complexo social.

Nesse sentido, ressaltamos a limitação do discurso de defesa desse modo retificador de enquadramento sindical. O fato de ser a melhor das alternativas não caracteriza, necessariamente, uma vitória absoluta do trabalho sobre o processo do estranhamento. O ideal, como se sabe, seria impedir que o processo do duplo estranhamento fosse inicialmente desencadeado na cadeia produtiva.

O Direito do Trabalho, assim, não obstante seu importante papel na mudança da realidade em direção a patamares civilizatórios mais elevados, não recria, sozinho, processos sociológicos e ontológicos. O reconhecimento dessa limitação, de forma alguma, demonstra uma perspectiva pessimista em relação ao processo de estranhamento, mas tão somente deixa em aberto a possibilidade de análise de inúmeras outras alternativas que, juntas, podem acoplar-se à medida jurídica aqui defendida na tentativa de combate ao fenômeno da terceirização.

5. Conclusão

O movimento sindical é o foco da ação oculta da terceirização, é seu objetivo final para a eficácia da sofisticada estratégia de aumento da exploração e de redução dos custos do real empregador. O empregador que terceiriza fragiliza os sindicatos em suas duas funções principais: a de atuação como interlocutor das negociações coletivas, e a de sanção paralela ao descumprimento das normas trabalhistas legais e constitucionais. A terceirização enfraquece, portanto, a capacidade negocial do sindicato em criar normas trabalhistas de fonte autônoma e a capacidade reivindicativa de reagir contra o descumprimento das obrigações trabalhistas de fonte heterônoma. Sob esse prisma, busca esvair-se do eventual custo adicional que aquelas gerariam ao contrato de emprego e ainda do próprio custo básico que lhe é inerente, transferindo a relação empregatícia para outra empresa, intermediária entre ela e o empregado.

Assim, a terceirização se caracteriza como estratégia mais sofisticada que os modos de produção taylorista e fordista, que, ao produzir estranhamento, produziram também históricas reações coletivas e movimentos operários contra ele. A face oculta da terceirização, ao contrário, logrou não só aprofundar o estranhamento, ao inserir um novo sujeito estranhado na relação entre empregado, historicamente estranhado devido ao trabalho assalariado, e a empresa que se beneficia de seu labor, mas igualmente logrou enfraquecer os modos de reação coletiva a ele.

Na perspectiva da análise ontológica desenvolvida por Lukács, contudo, observa-se que o movimento sindical, a despeito de ser a via pela qual tal estratégia pode alçar níveis de estranhamento nunca vistos antes, é igualmente um instrumento histórico de combate ao próprio fenômeno do estranhamento. Tal potencial se dá em virtude da capacidade que o movimento sindical tem de, ao permitir a negociação das condições de trabalho, recuperar, em parte, a liberdade dos empregados na condução da teleologia do próprio trabalho que realizam. Ao aumentar o espectro de escolhas do empregado, mediante a projeção de um sujeito coletivo obreiro em condições de interagir com a empresa, o sindicato ameniza a posição estranhada e totalmente alheia da definição do pôr teleológico do trabalho, em que seus representados se encontram.

Para tanto, é imprescindível – não obstante insuficiente, por si só – a existência de institutos jurídicos que permitam aos empregados terceirizados, de forma autônoma e emancipatória, explorarem o potencial que o movimento sindical possui de combate ao fenômeno do estranhamento, ainda que duplicado. Nesse sentido, o enquadramento sindical em face das prestadoras de serviços não é a alternativa mais benéfica, regra

geral, para a ação em tal direção, visto que apresenta limitações de ordem financeira, teleológica e logística. Não há lugar, portanto, para interpretações restritivas do conceito de categoria profissional que legitimem o enquadramento sindical do empregado terceirizado em posição distante e estranhada daquele que lhe é fonte de tal estranhamento: o tomador de serviços. O enquadramento em face do tomador, ao contrário, ostenta possibilidades de atuação em perspectivas mais amplas, de ordem jurídica e política, consoante analisado no terceiro capítulo.

Conclui-se, portanto, que a face oculta da terceirização, ao promover um aprofundamento do estranhamento, atua de forma relevante como um elemento de enfraquecimento do movimento sindical dos empregados a ela submetidos. Há que se lançar, contudo, uma releitura otimista das possibilidades do próprio movimento sindical de representar instrumento de combate a esse estranhamento e, ao fim e a cabo, de exercer um controle civilizatório da terceirização.

6. Bibliografia

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil*. In: *Revista de Estudos Avançados* n° 28. 2014

BAUMANN, Zigmunt. *Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BORGES, Lara Parreira de Faria. A “revolução” das negociações coletivas: precarizando direitos dos trabalhadores terceirizados. In: *Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014.

_____. *As transformações no mundo do trabalho: um estudo sobre a precarização do trabalho terceirizado*. Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, 2013.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

COELHO, Fábio Ulhôa. *Curso de Direito Comercial: O Direito da Empresa*. São Paulo: Saraiva, 2013.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. *Terceirização: Máquina de Moer Gente Trabalhadora*. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Gabriela Neves. *Terceirização: Paradoxo do Direito do Trabalho Contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2003.

DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. *Os limites constitucionais da terceirização*. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos; VIANA, Márcio Túlio. *Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos enfoques*. In: *Revista do TST nº 77*

DELGADO, Maurício Godinho. *Capitalismo, Trabalho e Emprego: entre o paradigma da destruição e o caminho da reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006.

_____. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2013.

DRUCK, Graça; e SILVA, Jair Batista. *Precarização, terceirização e ação sindical*. In: *Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014.

DUTRA, Renata Queiroz. *Direitos fundamentais à proteção da subjetividade no trabalho e na emancipação coletiva*. in: *Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social. Vol. II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A ação sindical de trabalhadores terceirizados na região de Campinas*. in: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. Vol III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Trabalhadores Terceirizados e Luta Sindical*. Curitiba: Appris, 2013.

MELLO E SILVA, Leonardo. *Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe: apontamentos em torno de uma pesquisa*. in: *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI – Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, Menelick de Carvalho; SCOTTI, Guilherme. *O Direito do Trabalho e o Estado Democrático de Direito: o individual e o coletivo no exercício da autonomia do trabalhador*. in: *Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014.

NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo. *Relações coletivas de trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Terceirização elimina responsabilidade do capital*. Revista Consultor Jurídico. Setembro de 2003. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-set-08/jorge-luiz-souto-maior-terceirizacao-elimina-responsabilidade-social-capital>>

RAMOS, Gabriel de Olivera; e DUTRA, Renata Queiroz. *Tendências desmobilizadoras oriundas da terceirização e da precarização trabalhista: reflexos na atuação sindical*. In: *Trabalho, Constituição e Cidadania: a dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2014

VIANA, Márcio Tulio. *Direito de resistência*. São Paulo: LTr, 1996.

_____. *Para entender a terceirização*. São Paulo: LTr, 2015.